



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1º DE OUTUBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 92/81

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquido e Gasosos, nos exercícios de 1980 e 1981, em obras nos municípios signatários.

Município	Número e data do convênio
Almirante Tamandaré	01/81 – 10/08/81
Araucária	02/81 – 17/07/81
Balsa Nova	03/81 – 23/07/81
Bocaiúva do Sul	04/81 – 20/07/81
Campina Grande do Sul	05/81 – 08/07/81
Campo Largo	06/81 – 12/08/81
Colombo	07/81 – 06/08/81
Contenda	08/81 – 21/07/81
Mandirituba	09/81 – 02/09/81
Piraquara	10/81 – 17/07/81
Quatro Barras	11/81 – 08/07/81
Rio Branco do Sul	12/81 – 22/07/81
São José dos Pinhais	13/81 – 09/07/81

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior. Em discussão a ata.

O SR. DARCY DEITOS – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS – Só gostaria que Vossa Excelência solicitasse do Sr. 2.º Secretário, na passagem desta Ata, quando ele mencionou a aprovação do Projeto de Lei n.º 84/81, que é o projeto autorizativo da doação de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) ao Memorial JK, na parte em que as emendas foram rejeitadas, parece-me que não foi registrado na Ata e eu gostaria que se atendesse esse pequeno detalhe.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) – Não foi mencionado o que?

O SR. DARCY DEITOS – Que as emendas foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Foram mencionadas.

O SR. DARCY DEITOS – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

– Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 93/81

Curitiba, 24 de setembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 28 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a construção de Módulo Esportivo no referido município.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

– Ao Departamento Legislativo

Mensagem n.º 94/81

Curitiba, 24 de setembro de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 10 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de APUCARANA e TAPEJARA, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

- Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 95/81

Curitiba, em 28 de setembro de 1981.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em cumprimento ao disposto no artigo 47 da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar, para a apreciação da egrégia Assembleia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1982.

Entendo que a elaboração da proposta orçamentária, mais do que uma imposição legal repetida anualmente, deve traduzir, em termos operacionais, e programação governamental passível de realização, frente aos recursos financeiros disponíveis e mobilizáveis.

A tentativa de conciliar a amplitude de necessidades e expectativas da população paranaense, com a efetiva disponibilidade de realização de receitas, torna o processo de escolhas orçamentárias realmente difícil, pois, a alocação de recursos públicos deve pautar-se por propósitos fundamentais que nem sempre são de fácil compatibilização.

Assim é que, particularmente no momento que ora vivemos, não se pode descuidar dos setores produtivos, geradores de empregos e receitas, bem como absorvedores de investimentos públicos em grande escala. Entretanto, deve-se atentar à elevação dos padrões de atendimento às necessidades sociais básicas, mediante um esforço governamental maior nos setores de educação, saúde, saneamento e segurança, tradicionalmente suportados por despesas de custeio. Por seu turno, já que se notar a representatividade das próprias organizações públicas, onde a valorização dos recursos humanos e a adoção de práticas administrativas flexíveis, que acompanhem o dinamismo das transformações econômicas e sociais, devem caminhar paralelamente à austeridade nos gastos e ao estrito controle de custos.

Deve-se destacar que a proposta orçamentária para 1982 apresenta superávit corrente, donde se verifica que o Estado é capaz de prover parcela de seus investimentos com recursos oriundos da racionalidade imposta aos dispêndios públicos.

Cumprе ressaltar, também, que a elaboração orçamentária para 1982 representa e dá oportunidade para que se exerça um processo de análise e avaliação da ação governamental até aqui realizada. À luz de dados externos, como os apresentados pelo último censo demográfico, e de informações de caráter interno ao desempenho do setor público, revisam-se as prioridades e redimensionam-se as iniciativas, com a finalidade de harmonizar e compatibilizar a atuação do Governo com a realidade econômica e social.

O projeto de lei orçamentária reflete decisões concretas acerca da execução de mais uma etapa anual do Plano de Governo. E, como tal, a proposta de gastos públicos indica e

proporciona condições para o cumprimento das diretrizes estabelecidas para o quadriênio 1980-1983, a elevação da renda real pessoal e o incremento e difusão do bem-estar, permitindo à pessoa humana que vive e trabalha em nossa terra uma melhor qualidade de vida.

Particular destaque deve ser concedido ao fato de que as ações voltadas ao aumento da renda real pessoal abrigam 29,7 por cento dos recursos orçamentários, e as iniciativas dirigidas e à difusão do bem-estar representa 28,4 por cento das despesas.

Entre os programas do Plano de Governo com maior concentração de recursos na proposta de orçamento que ora encaminho a Vossas Excelências, estão: "contribuição indireta ao aumento da renda pessoal" com 18,5 por cento; "apoio às aspirações urbanas ligadas à melhoria de qualidade de vida" com 11,5 por cento; "organização regional e definição da responsabilidade social das cidades" com 10,5 por cento, e "apoio à correção de desequilíbrios" com 5,8 por cento do total orçamentário.

A nível de subprogramas, a maior destinação de recursos refere-se à "adequação da oferta de vagas escolares em ensino regular e supletivo", contemplada com 13,3 por cento do volume total.

Os dados a seguir apresentados demonstram os grandes grupos de receitas e despesas que compõem a proposta orçamentária. Entre as receitas de recolhimento centralizado, a categoria mais significativa continua sendo a tributária, que responde por 67,8 por cento da espécie. As despesas correntes à conta de recursos do Tesouro do Estado, onde se incluem os gastos com pessoal e encargos sociais, alcançam 61,6 por cento do total. Isto significa que o Paraná manterá em 1982 uma tradição, em termos de política financeira e orçamentária, que lhe permite suportar, mediante o desempenho de sua estrutura fisco-tributária própria, a totalidade das suas despesas de custeio.

RECEITAS

	Em Cr\$ 1.000
I - De recolhimento centralizado	Cr\$ 170.000.000
Correntes	Cr\$ 133.210.991 (78,4%)
Capital	Cr\$ 36.789.009 (21,6%)
II - De recolhimento descentralizado	Cr\$ 34.225.820
Correntes	Cr\$ 19.594.557 (57,3%)
Capital	Cr\$ 14.631.263 (42,7%)
III - Síntese	Cr\$ 204.225.820
Correntes	Cr\$ 152.805.548 (74,8%)
Capital	Cr\$ 51.420.272 (25,2%)

DESPESAS

I - Recursos do Tesouro do Estado	Cr\$ 170.000.000
Correntes	Cr\$ 104.640.972 (61,6%)
Capital	Cr\$ 57.859.028 (3%)
Reserva de Contingência	Cr\$ 7.500.000 (4,4%)
II - Recursos de Outras Fontes	Cr\$ 34.225.820
Correntes	Cr\$ 17.922.823 (52,4%)
Capital	Cr\$ 16.302.997 (47,6%)
III - Síntese	Cr\$ 204.225.820
Correntes	Cr\$ 122.563.795 (60%)
Capital	Cr\$ 74.162.025 (36,3%)
Reserva de Contingência	Cr\$ 7.500.000 (3,7%)

A propósito das demais fontes e aplicação de recursos, cabe lembrar nesta oportunidade que, nos exercícios mais recentes, parcela significativa e crescente das receitas tem sido

destinada aos compromissos decorrentes do pagamento do funcionalismo público, dos materiais e serviços básicos e dos encargos de dívida. Entretanto, são os investimentos que proporcionam a expansão dos serviços públicos e fomentam de modo mais eficaz o desenvolvimento econômico e social.

O Poder Público Estadual, notadamente frente às dificuldades conjunturais que ora atravessamos, tem o dever e a responsabilidade de participar do esforço nacional para a manutenção e geração de empregos produtivos e de maior bem-estar social. Assim é que, levando em conta a sua real capacidade de endividamento e pagamento, buscará contratar novos empréstimos internos e externos para financiar o programa de investimentos do setor público.

Com base na autorização expressa no artigo 3.º e parágrafos da Lei 7.390, de 12 de novembro de 1980, a programação global da Administração Pública Estadual para 1982 é apresentada em anexo especial denominado "Atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos". Tal anexo observa os preceitos legais e a técnica orçamentária, incluindo também as aplicações programadas em despesas de capital das empresas públicas, e sociedades de economia mista.

Nas demais peças componentes da presente proposta de orçamento, poderão ser localizados dados que oferecem uma visão completa e integrada do programa de trabalho do Governo para o próximo exercício, exatamente como convém à judiciosa e minudente análise a ser realizada pelos nobres Deputados Estaduais.

Na certeza, portanto, de que a presente proposição merecerá dessa colenda Assembléia o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossas Excelências as minhas expressões da mais alta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de congratulações pela passagem do "Dia da Secretária".

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pela passagem do "Dia da Secretária", em data de hoje.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

A complexidade da vida moderna, com seus múltiplos encargos e compromissos exigem uma gama incontável de informações, contatos e decisões, transformando cada empresa num verdadeiro mundo particular.

Destaca-se nela a figura da Secretária. Não raras vezes, apenas quando da sua falta notamos quanto seu trabalho é imprescindível, quanto sua presença transforma um vazio, o ambiente de trabalho e quanto realmente são suas contribuições.

Sua ausência descontrola tudo. Sua presença tudo controla.

A discrição quanto aos assuntos que por ela tramitam, a atenção e delicadeza no trato com o público, a prestimosidade em fornecer as informações, a execução pontual e exata das tarefas, a ordem e o método na sua atividade fazem da Secretária um elemento indispensável ao bom funcionamento

de qualquer empresa.

Ao saudarmos a Secretária, em seu dia, empostamos também o nosso apoio no sentido de que seja regulamentado um curso técnico de nível superior à formação de Secretárias Executivas, que é hoje, a aspiração mais imediata da Associação das Secretárias, em especial, a do nosso Estado.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

VOTO DE REGOZILIO PELA PASSAGEM DO ROSH AHNAH — ANO NOVO JUDAICO — 5.742 — À COMUNIDADE JUDAICA DO PARANÁ.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pela passagem do Rosh Ahnah, Ano Novo Judaico 5.742 ao povo judaico por suas tradições no passado e pela luta do presente.

O povo israelita tornou-se através do tempo, merecedor da consideração e apreço dos brasileiros em geral e dos paranaenses em especial, pelo que tem feito por uma sociedade cada vez mais justa e solidária.

Requer-se, ainda, Sr. Presidente, que se dê ciência do presente a toda a comunidade judaica do Paraná, na pessoa do Senhor SAMUEL FEIG.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER ao Secretário da Educação, a implantação do Ensino de 2.º grau, nos Distritos de Piquirivai e Farol, no Município de Campo Mourão.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Dr. Edson Machado de Souza, digníssimo Secretário da Educação, expediente para que seja determinado estudos e medidas visando a implantação do Ensino de 2.º grau, a partir de 1982, nos distritos de Piquirivai e Farol, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de distritos que possuem um grande número de jovens que pretendem continuar seus estudos, após concluírem o 1.º grau (1.ª a 8.ª série), já existentes e em pleno funcionamento.

Verifica-se hoje, o deslocamento de um grande número de estudantes, através de ônibus fornecidos pelo município, mas que a cada dia, com as constantes altas dos preços de combustível, estão se tornando insustentáveis e insuportáveis.

Urge, portanto, que se encontre uma solução que amenize essa situação, quer implantando os cursos diretamente às expensas do Estado, ou através da Fundação Municipal de Ensino de Campo Mourão- FUNCAM.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER preferência de votação para a emenda substitutiva ao Art. 2.º do Projeto de Lei n.º 94/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para a emenda substitutiva ao Art. 2.º do Projeto de Lei n.º 94/81, tendo em vista o disposto no Art. 100 e seguintes do Regimento Interno, em vista do seu caráter geral e abrangente, visando adequar as situações dos servidores inativos.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja solicitado ao Excelentíssimo Secretário dos Transportes, solução para o trevo da BR-369 em Campo Mourão.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, expediente solicitando seja determinado estudos e medidas para resolver o crônico problema do trevo de ligação da BR-369 com a BR-487, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) ANTÔNIO COTRIM

JUSTIFICATIVA:

Ao ser construída a BR-369, no trecho Campo Mourão-Cascavel, por erro de projeto, ao invés de ser previsto um trevo de ligação, formou-se um "T" com a Rodovia BR-487, uma verdadeira aberração em matéria de segurança.

Desde que essa rodovia foi aberta ao tráfego, inúmeros acidentes aconteceram naquele "T", ceifando várias vidas e ocasionando grandes prejuízos materiais.

Dentro de poucos dias, deverá ser inaugurada a Rodovia BR-487, que ligará Campo Mourão a Curitiba, via Iretama, Pitanga e Guarapuava. Prevê-se um grande aumento de tráfego nessa estrada, uma vez que encurtará distância para quem venha do Oeste do Estado com destino a Curitiba. A lógica indica que o número de acidentes no chamado "Trevo da Morte" tenderá a aumentar caso não sejam tomadas medidas urgentes que solucionem o problema.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional de Habitação, solicitando imediatos estudos para a concessão de ANISTIA aos débitos oriundos da aquisição da casa própria, aos mutuários que perceberem até 05 (cinco) salários-mínimos regionais.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação, solicitando que os mesmos estudem a viabilidade de se conceder ANISTIA aos débitos oriundos da aquisição da casa própria, aos mutuários que perceberem até a 05 (cinco) salários-mínimos regionais.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O assalariado brasileiro tem vivido as maiores dificuldades devido a inflação galopante e o desemprego que assola todo o nosso País, daí tendo deixado de cumprir com suas principais obrigações, sendo uma delas a do pagamento de suas

prestações junto ao BNH, devidas pela aquisição de sua moradia. Estando os mesmos, hoje, impossibilitados do pagamento de suas obrigações, o que causa desespero total, pois, vê o risco de perder o que de há muito, com sacrifícios, poupou. Sendo assim, vimos solicitar que as autoridades sensíveis a este drama ANISTIEM OS DEVEDORES para que a partir daí os mesmos possam programar os pagamentos e não mais atrasarem suas prestações.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o encaminhamento de expedientes aos Ministros do Planejamento, das Minas e Energias e ao Presidente do Conselho Nacional de Energia.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ministros do Planejamento, das Minas e Energias e ao Conselho Nacional de Energia sugerindo autorização e abertura de uma linha de crédito para a instalação de mini-destilarias de álcool, por órgãos municipais.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresentamos à consideração dos eminentes integrantes deste Poder Legislativo suscitada em diálogo com o ilustre Prefeito Fernandes Moreto, do Município de Iporã, tem por escopo proporcionar condições para melhorar a economia nos municípios.

Realmente, se forem levantadas as imprescindíveis despesas com combustíveis da administração pública municipal, verificaremos que são elevadas as somas. Consequentemente, muitas obras e serviços públicos ficam prejudicados pela ausência de recursos suficientes.

Se forem autorizadas e financiadas pequenas destilarias de álcool, com capacidade para até 5.000 litros diários, os veículos e motores usados pela administração pública seriam diretamente atendidos. Caso não seja somente o álcool, o combustível usado, poderiam ser previstos critérios para trocas com entidades competentes.

Além da redução dos gastos públicos, a providência, obviamente, aumentaria a oferta de empregos e proporcionaria condições para o racional aproveitamento de consideráveis áreas improdutivas, com o plantio de espécies fornecedoras de matérias-primas.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, pedido de informação.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com fundamento no Regimento Interno, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando as informações abaixo, tendo em vista a greve da classe do magistério, a qual empreendeu passeata cívica com pretensão de acampamento frente ao Palácio Iguaçu, sede do Governo Estadual, como forma reivindicatória de vários itens, entre os quais, melhoria de vencimentos.

Ante essa mobilização, centenas de policiais militares estão de prontidão, isolando todo o Centro Cívico e impedindo a aproximação dos professores grevistas.

1 — Qual o contingente de policiais militares e civis que estão nas ruas e praças do Centro Cívico, para impedir que os professores se aproximem das imediações do Palácio do Governo?

2 — Qual a razão efetiva dessa aparatosa mobilização de

tropas?

3 — Qual o custo diário dessa mobilização?

4 — Qual o perigo que esse movimento do professorado pode trazer para a segurança pública?

5 — Quanto estará custando ao País, em consumo de combustível, a alteração dos trajetos impostos pela Secretaria da Segurança Pública?

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer gestões junto ao Senhor Governador do Estado e Comando da 5.ª Região Militar.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, sejam feitas gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga e ao Comandante da 5.ª Região Militar, General José Campos Paiva, no sentido de serem evitados, quanto possível, o bloqueio que costumeiramente vem sendo feito ao acesso normal à área do Poder Legislativo em dias normais de seu funcionamento por ocasião de solenidades ou outro acontecimento extraordinário, fato que vem criando constrangimento por violar a sua independência na composição dos poderes do Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja marcada sessão solene para entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Ophir Rui Woitowicz.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada a sessão de 10 de novembro vindouro para entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor OPHIR RUI WOITOWICZ.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Braga, registrando seu protesto pela invasão de tropas policiais na área de sede deste Poder, em ostensivo desrespeito à autonomia e independência desta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, registrando o protesto pela invasão na área de sede deste Poder pelas tropas policiais do Governo, fato que caracteriza ostensivo desrespeito aos princípios de autonomia e independência desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: ADALBERTO DAROS e DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Delegado Regional do Trabalho, solicitando seja averiguada as irregularidades que estão ocorrendo na firma SEG - Serviço Especial de Segurança.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Sr. General ADALBERTO MASSA, Digníssimo Delegado Regional do Trabalho, solicitando seja averiguado as irregularidades que estão ocorrendo na firma SEG - Serviço Especial de Segurança.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Compareceu nesta data, em nosso Gabinete, o Sr. Nilton Costa, demissionário da firma SEG - Serviço Especial de Segurança, onde o mesmo exercia o cargo de inspetor, e segundo o qual sua demissão foi por motivo da pressão de que estava sendo vítima, por parte da direção da filial de Curitiba.

A matriz da referida firma é em Juiz de Fora, e de acordo com informações do cidadão, é de propriedade de militares reformados por terem possibilidade de conseguir porte de arma aos seus vigilantes.

Há notícias de que essa firma tem milhares de empregados no Brasil, e só no Paraná há cerca de seiscentos funcionários para atender a rede das Caixas Econômicas no Estado, bancos e firmas.

As informações recebidas é de que ajustam contratos de prestação de serviços com firmas e bancos, para fornecer trabalho de vigilantes, e vestem os vigias de vigilantes, cobrando como se fossem vigilantes.

Acontece que há uma diferença grande entre uma e outra categoria, pois, vigilante tem curso especializado e pode portar arma, além de ter salário de Cr\$ 13.969,00, e vigia recebe Cr\$ 11.732,00, e não pode portar arma de fogo.

Esta firma, mantém em seu quadro, um ex-policial (Inspetor Teles), além de receber a cobertura de um policial (Pedrinho) da D.V.C., com 27 anos de polícia.

As denúncias são de que usam da violência física com queixa registrada no Terceiro Distrito, e nada foi feito para prosseguir inquérito.

Dizem que há até uma sala de tortura ou pressão, para que, mediante arma de fogo, sob truculência, obrigam os vigias e vigilantes a assinarem cartões-ponto em branco, e com isso ficam cortadas as horas extras. No UNIBANCO, por exemplo, são prestadas de 9 a 12 horas, e até 14 horas de jornada.

Ao reclamarem, impedem que os empregados recebam os direitos.

Um dos funcionários que denunciou o fato na rádio, foi obrigado a assinar uma carta desmentindo e com isso recebeu férias. Quando voltar, será demitido por justa causa.

Segundo informações, o nome do gerente da firma é Everton Binder, e o Chefe Operacional é o Sr. Franklin Andrade, sendo que o último, de acordo com informações, chega a espancar os funcionários.

Há notícia de que um vigia do DNER desapareceu há mais de quatro meses, e a família não consegue descobrir o seu paradeiro. Nem sequer foi à firma para receber seus vencimentos. Como teria sido agredido pelo Sr. Everton, há indícios de que se encontra preso em algum distrito policial por ordem desses dirigentes da SEG.

Um outro caso é do Sr. Antônio Uber Neto, que foi demitido por justa causa, conseguida através de denúncia de que ele teria puxado arma para o Sr. Franklin.

Por tais razões, solicitamos urgentes medidas por parte da Delegacia do Trabalho, para as devidas averiguações.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 112/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Sociedade Protetora de Animais de Curitiba”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Protetora de Animais de Curitiba, fundada em 20 de abril de 1972, e está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e seus objetivos são: fazer cumprir com apoio das autoridades competentes, os dispositivos do Decreto Federal n.º 24.654, de 10 de junho de 1934, que dispõe sobre a proteção dos animais, impedindo atos de crueldades, abusos ou maus tratos aos mesmos, dando-lhes assistência médica-veterinária, recolhendo os doentes e feridos, sempre que possível, encaminhando-os aos seus legítimos donos ou a pessoas idôneas que se comprometam a dar tratamento adequado, sujeito à fiscalização da Sociedade.

A entidade, através de divulgação de conhecimentos práticos de veterinária, procura educar o povo, notadamente a juventude, no amor e sentimento de justiça aos animais, servindo-se para isso de todos os meios de comunicação.

Face o exposto, solicitamos dos nobres Pares o devido apoio e posterior aprovação da nossa proposição que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto hoje, a esta tribuna, para reiterar os termos de meu pronunciamento anterior, a respeito da profunda situação de desestímulo a uma das classes mais produtivas, no contexto da economia nacional e estadual. Refiro-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados à classe dos caminhoneiros, cuja contribuição tem sido inofismável para o desenvolvimento deste País, vinculada que está a um setor de grande significação e da maior responsabilidade: o de transporte de cargas, o que vale dizer: o de transporte de nossas riquezas.

Em que pese essa característica, o caminhoneiro é um desprotegido, já por estar sob a tutela das empresas transportadoras que agem como intermediárias, atravessadoras, com reflexos negativos na economia peculiar do transportador.

O Governo, como sistema gerencial, há que cuidar para que, em estabelecendo tratamento preferencial e prioritário aos setores essenciais da economia social deste País, não se descuide de fixar, conforme já propusemos nesta Casa, uma tabela de valores que, sobre assegurar justa participação dos caminhoneiros na rentabilidade da profissão, eliminar a profunda distorção no meio, que permita ao agenciador de cargas, no caso as transportadoras, reterem mais de sessenta por cento do valor dos fretes, enquanto ao caminhoneiro, geralmente proprietário do veículo, se atribuem os encargos do desgaste, da manutenção, das desvalorizações do caminhão, do combustível, além dos riscos naturais que enfrenta, no cotidiano das estradas brasileiras.

A figura do atravessador tem sido, ao longo dos anos e da história da economia nacional, um fator de agravamento da composição dos quadros inflacionários. Essa figura está entre, praticamente, todas as atividades econômicas. Sua presença entre o transportador e a fonte de produção tem-se constituído num fator de desagregação, resultando, não raro, em sensíveis prejuízos, induzindo o caminhoneiro a buscar outras

alternativas econômicas e profissionais, como já se tem contado.

Porém, meus Senhores, uma das fórmulas para a correção desse estado de coisas, conforme já dissemos aqui mesmo nesta tribuna, será a monolitização da classe em torno de uma cooperativa que a represente efetivamente e responda por seus interesses, como elemento disciplinador do mercado e distribuidor, não só da rentabilidade do sistema, mas como fator de integração que minimize a participação alienatória dos atravessadores. A Cooperativa, a prática nos diz e os exemplos oriundos de países mais desenvolvidos o atestam, poderá consolidar ao longo da experiência brasileira novos critérios de participação recíproca, assegurando ao cooperado a tranquilidade desejável, até mesmo no momento da manutenção do veículo. Enfim, haverá, dentro da gama própria de interesses envolvidos, uma completa e perfeita ressonância, de forma a fortalecer a classe, valorizar seu trabalho e disciplinar o mercado.

É oportuno mencionar aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governo do Paraná, sensível aos problemas do homem, mas acima de tudo, preocupado com os reflexos da crise energética, adotou providências pioneiras, hoje em vias de implantação em todo o País, no tocante ao mercado transportador.

Refiro-me às Centrais de Informações de Fretes, que, já em operação no Estado têm proporcionado ao sistema transportador rodoviário a segurança de viagens de ida e volta, evitando ao caminhoneiro trafegar vazio. Além disso, disciplina de forma adequada a política de pesagem, compatibilizando a tonelagem das cargas com as especificações próprias das rodovias, numa fórmula, também, de assegurar vida mais longa aos pavimentos e, por conseguinte, maior economia ao Estado, pela racionalização dos processos de manutenção e restauração das rodovias.

Devo citar, à guisa de esclarecimento, que as Centrais de Informações de Fretes, já nos seus primeiros 200 dias de operação, movimentaram mais de 250 mil toneladas de cargas, através das oito unidades instaladas. Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Francisco Beltrão e Guarapuava.

É expressiva a confrontação desse trabalho, quando se pode anunciar que, através dessas Centrais, mais de 13 mil veículos de carga deixaram de trafegar vazios ou sub-carregados, ou ainda com excesso de carga. Esses números assumem maior importância quando se equaciona o aspecto da economia de combustível, ou por outro lado, a produtividade alcançada pelo consumo.

É importante dizer que atualmente estão cadastrados 1.250 fornecedores, sendo cinquenta por cento empresas transportadoras. Uma visão mais ampla da problemática, permite vislumbrar uma economia de combustível da ordem de trinta milhões de cruzeiros.

Devo destacar, nesta oportunidade, a esclarecida participação do Secretário Nivaldo de Almeida, dos Transportes, na implantação desse sistema, cujos resultados positivos, extrapolando nossas fronteiras, suscitaram em outros Estados profundo interesse, ao ponto de estar hoje a Secretaria dos Transportes empenhada na realização de estudos específicos, objetivando a instalação de uma rede nacional de informações de fretes.

E, ao anunciar a breve instalação de uma nova Central no Norte Pioneiro, desejo, ao finalizar, enfatizar o esforço do Governo para compatibilizar o trabalho dos motoristas de caminhão com a real expressão da economia paranaense, que se embasa fundamentalmente na produção de bens de consumo agrícolas, e essencialmente, na circulação dessas mercadorias. Ao fazê-lo, é mister cumprimentar aqueles que, com ampla visão da problemática paranaense, têm sabido responder afirmativamente para o desenvolvimento de um processo de total

aproveitamento de todas as nossas potencialidades e, entre essas figuras, o próprio Governador Ney Braga, que se mostra um timoneiro consciente das responsabilidades do Governo, na hora presente.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem chega de fora hoje em Curitiba ou chegou no dia de ontem, pode observar lamentavelmente um clima de tensão, principalmente no Centro Cívico da nossa cidade, pois, o forte contingente policial solicitado a ser retirado pelo Deputado Aírton Cordeiro, forte contingente policial que havia ido embora, segundo as informações do Deputado Gabriel Sampaio, continuava guarnecendo o Centro Cívico, continuava impedindo uma passeata ordeira e pacífica dos professores que estão reivindicando melhores condições para que possam continuar o seu trabalho e aí está até agora, depois de se passar uma noite das mais frias, com uma temperatura de cinco graus, centenas e centenas de professores, aliás, o PMDB também teve os seus representantes ao lado dos professores durante toda a madrugada fria desta quinta-feira, com os Deputados Darcy Deitos, Nelson Friedrich e José Tavares, passando toda a madrugada, acompanhando toda a agonia e a angústia dos professores porque uma lista tríplice não tem a sua definição, através dos homens que governam este Estado, porque o reajuste semestral não é permitido ao professor que como qualquer outro cidadão que trabalha tem a sua preocupação, têm as suas dificuldades, tem o seu salário diminuído, tem os seus problemas dentro de casa, enfim, passa a viver uma vida de angústia, passa a sofrer o dia a dia sem coragem de enfrentar o seu próprio lar, que dirá em condições de enfrentar os alunos que devem ensinar, que devem encaminhar para um futuro melhor.

E aí estão ainda os professores, aguardando com muita expectativa, cansados é verdade, mas não se entregando diante da negativa do Governo, de permitir que ocorra a lista tríplice, de permitir que haja o reajuste semestral para os senhores professores e para que tenham também o 13.º salário que quase todo trabalhador percebe no final de cada ano, para reparar a defasagem de trabalho que tem durante os doze meses do ano.

Senhor Presidente, nós estamos vivendo lamentavelmente, momentos que eu tenho certeza absoluta, de sã consciência, ninguém acredita, que estejam nas ruas, policiais fortemente armados para esperar professores que no máximo, podem trazer a caneta na mão para fazer uma reivindicação.

Poucos podem aproveitar que senhoras, até avós, que passaram a noite no Centro Cívico, venham trazer qualquer ameaça, venham representar qualquer ameaça para os homens que governam este Estado ou mais precisamente para o Senhor Governador do Estado, e até me espanta a inabilidade política que toma conta de um homem que há mais de trinta anos vem dirigindo os destinos políticos do Estado do Paraná.

Será a assessoria, será responsabilidade, própria do Senhor Governador do Estado, serão os Deputados que lhe dão sustentação, que não estão sabendo levar a devida orientação, ou será a presença da ausência de voto para chegar ao Palácio Iguaçu, que deram essa insensibilidade ao Senhor Governador do Estado? Os professores estão aguardando que haja uma solução. Os Partidos de Oposição, o PMDB mais precisamente, também estão aguardando que haja uma definição, para que o professor possa ir para a casa e, posteriormente, possa ir para a sala de aula para educar, para encaminhar, para engrandecer este país. Porque o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Presidente, acredita que só através da educação, esse

Brasil será grande como pretende ser.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Universidade Federal do Paraná editou este livro que se chama "Guia do Candidato, Concurso Vestibular Unificado 1982" e, atrás, o preço de Cr\$ 300,00. Sr. Presidente, nós sabemos que uma edição desta com o papel e as 86 páginas, dentro da qual há um formulário para o candidato preenchê-lo e que custa Cr\$ 300,00, o chamado "Guia do Candidato".

Só em Curitiba, são vendidos aproximadamente, 25 mil exemplares, mas, dos 23 mil vestibulandos inscritos para as múltiplas provas de ingresso em curso superior, só por esses, a Universidade Federal do Paraná já recolhe a soma de sete milhões de cruzeiros. E nós sabemos, Sr. Presidente, que um livreto desses para se fazer uma quantidade alta, não custará sequer Cr\$ 50,00.

E ainda ontem, a televisão esboçava, segundo uma notícia, de que já estariam vendidos cerca de vinte e três mil desses exemplares. E é de se perguntar, Sr. Presidente: se a crise realmente está nas instituições, nos estabelecimentos de ensino, ou na administração desses estabelecimentos? Porque, infelizmente, Sr. Presidente, ainda não chegamos ao ponto do Poder Legislativo ter condições de fiscalização destas verbas que entram fora da previsão orçamentária. Pelo menos não é do nosso conhecimento.

E, de que maneira é administrada, fiscalizada, observada a aplicação desta verba que sobrecarrega o custo do vestibulando, que sobrecarrega o bolso da família que tem os filhos próximos à entrada nas faculdades?

Se errar o preenchimento do requerimento que consta dentro do livro, há que se comprar um novo exemplar e outros Cr\$ 300,00 saem do bolso do vestibulando.

E eu pergunto, Sr. Presidente, nós sabemos que a PETROBRÁS, a SANEPAR, a COPEL, a ELETROBRÁS e além de várias e múltiplas secretarias e ministérios, fazendo livretos periódicos permanentes, com uma encadernagem muito mais rica, muito mais refinada, de custo muito mais aprimorado sendo distribuídos a centenas de milhares por este País afora, e a custo zero.

Por que o vestibulando não tem direito de ao pagar a sua taxa de inscrição, receber o seu "Guia do Candidato"?

Este País, realmente precisa ser tratado, como De Gaulle disse: sem seriedade, porque casos tão condenáveis como estes, toda hora se tem denunciado das tribunas desses Parlamentos e aqui mesmo desta tribuna, temos feito críticas, às publicações que os organismos do Governo, direta ou indiretamente estão publicando e distribuindo gratuitamente. E nós queremos perguntar, Sr. Presidente, qual a causa do pagamento desses livretos ao preço tão alto e aonde irá tão vultosa quantia?

E se vende, esse, absurdo, nós ficamos a indagar também, e eu vou fazer um requerimento neste sentido, endereçado, imediatamente à Mesa, de quanto custará para o Estado, não só a mobilização de tropas mas também os desvios do percurso do sistema viário, próximo ao Centro Cívico do Estado, somente em combustível?

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este primeiro de outubro deve entrar para a história do povo brasileiro e de suas conquistas. Hoje, em todo o País, os

trabalhadores cumprirão uma das principais resoluções da Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT, realizando assembléias, concentrações, atos públicos e passeatas em diversas Capitais brasileiras e nas principais cidades do País.

Este é o dia nacional de luta contra o desemprego, contra a carestia, pela liberdade de autonomia sindicais. É a maior manifestação unitária, que percorre o País, reivindicando dias melhores para os brasileiros. É a unidade popular que se constrói na luta contra o regime que fez deste Brasil, o PARAÍSO DAS MULTINACIONAIS e pátria de humilhados e ofendidos, milhões de explorados sob as condições mais vis de vida e trabalho.

Um documento será entregue ao Governo, exigindo medidas concretas diante da situação de crise. E os trabalhadores irão esperar até o dia 16 de novembro pelas respostas do regime. Caso não obtenham respostas que esperam, começarão a preparar a greve geral de protesto. Estas manifestações agora tem um comando centralizado. A Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores, extraída da CONCLAT, reflete o grau de organização a que chegou a sociedade brasileira e sua disposição irreversível de marchar para a democracia, pela conquista da autonomia nacional e por um projeto que consulte os interesses mais amplos da sociedade.

No Paraná, estão programados atos públicos em Curitiba, Londrina, Cambé e diversas outras cidades. Um documento idêntico ao que será entregue ao Presidente Aureliano Chaves, os trabalhadores tentarão entregar ao General Ney Aminthas de Barros Braga. Isto, se a tropa que cerca o Palácio Iguaçu permitir, pois, todos sabem que desde ontem um grande aparato militar foi instalado aqui no Centro Cívico, justamente para impedir que o povo desta cidade, deste Estado, se aproxime da sede do Governo.

Mas já não é importante que o Governo receba os trabalhadores. Este ato formal que demonstra o amadurecimento da sociedade civil e que desmascara os pseudo-democratas mais habituados e mais à vontade quando dirigindo os porões da tortura, não é o mais importante do dia de hoje. Aquilo que devemos registrar com júbilo, é a disposição de luta de nosso povo, que sai desta longa noite de torturas, de repressão, disposto a enfrentar o arbítrio e a denunciar definitivamente os pequenos generais que se escondem por detrás dos cães que amestraram.

Porque esta lição, estes pequenos generais sem glórias devem aprender nestes dias. Que podem amestrar seus cães, podem submeter a sua vontade um reduzido grupo de servidores que se beneficiam das migalhas do poder. Mas não podem domesticar o povo. Jamais conseguirão amestrar todos os homens que cedo ou tarde anunciam sua vocação pela liberdade, pela justiça. Seu ódio por generais que amestram cães, domesticam alguns, dominam a maioria absoluta por certo período por força das armas. Mas jamais conseguem apagar a chama da liberdade e da justiça que há de voltar a iluminar nossa história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Durante esta semana a Bancada do meu partido, o PMDB, desenvolveu dois dias de debates sobre o desemprego no Paraná. Assim como conseguiu reunir lideranças de trabalhadores e de empresários para um confronto de idéias, obteve valiosas informações sobre este que é, talvez, o mais grave problema da classe trabalhadora brasileira.

Os debates teriam sido um pouco mais ricos, e as informações muito mais estarecedoras, se os jornais tivessem noticiado, um dia antes, um fato que está hoje na imprensa. A Usina

Vale do Panema, de Leopólis, produtora de sorgo e álcool, demitiu 900 trabalhadores rurais. Tanto trabalhadores braçais como administrativos, alegando falta de água.

Esta empresa, cujo capital majoritário é da multinacional Sharp, contribui um pouco mais para agravar a já dolorosa situação dos trabalhadores paranaenses. Estes 900 camponeses, que ficarão agora vagando de fazenda em fazenda, e por fim estarão numa favela qualquer do norte do Paraná ou da Capital, somarão os milhares já expulsos do campo nesses últimos anos.

Fatos como este tem se repetido no dia a dia do campo do Paraná. Esta semana, nos informou o presidente da FETAEP, Agostinho Bukowski, que cerca de três mil trabalhadores rurais foram demitidos no mês de setembro em treze cidades paranaenses. Para o mês de outubro já se tem informações de que mais de três mil enxadas serão encostadas por camponeses assalariados ou "bóias-frias", e também ficarão a vagar até encontrarem um barraco na cidade.

Esta Usina de Leopólis, que alega falta de água para manter suas atividades, e coloca 900 homens à mercê da sua própria sorte, está à espera de uma solução. Diz o mesmo jornal que informa sobre as demissões, que a Usina de Álcool Leopólis, de tanto reclamar, recebeu uma série de benefícios do Estado, para ajeitar a sua situação. Mas será que estes benefícios foram transferidos também aos trabalhadores?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje comemorase o dia nacional de luta contra o desemprego em todo o País, no Paraná será comemorado em tom de protesto. E não poderia ser de outra forma.

As condições de sobrevivência deste povo são cada dia mais difíceis. Estes trabalhadores do campo somam-se aos milhares das cidades. E somente em três grandes do Paraná, 50 mil trabalhadores da indústria foram demitidos este ano. Isto sem contar os milhares de outros do comércio e do campo. São deserdados deste regime, que quando revela sua face, só faz mostrar que está voltado para a defesa dos interesses estrangeiros, do entreguismo, dos grandes grupos econômicos. E que a classe explorada assim continuará se não se voltar contra aqueles que tanto lhes retira e tão pouco lhes dá.

Hoje, "primeiro de outubro", o grande dia de luta dos trabalhadores, lembramos que nenhuma medida tenha sido tomada para que a classe trabalhadora, neste País, tenha seus direitos fundamentais respeitados. Lembramos que sequer a Convenção da OIT de número 122, que garante o trabalho a todos, e da qual o Brasil é signatário, é cumprida.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O dia de hoje, dia 1.º de outubro, como já foi dito da tribuna pelo orador que me antecedeu, marca, em todo o Brasil, uma movimentação da classe trabalhadora brasileira, que escolheu esta data para iniciar uma luta por dias melhores para os trabalhadores do campo e da cidade. E, também, por um sindicalismo mais representativo, mais autêntico, que possa realmente, falar em nome da classe trabalhadora brasileira.

E nós estamos tendo, neste momento, a satisfação de receber, nesta Casa, uma comissão de trabalhadores, composta pelas seguintes pessoas:

José Silvério dos Santos - Presidente do Sindicato de Condutores de Veículos Autônomos de Curitiba,

Mathias Alinor Martins - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná;

Carlos Alves Mendes - Sindicato do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Paraná;

Orlando Fontoura, Antônio Santana - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do

Paraná.

Agostinho Bukowski - Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do nosso Estado.

Esta comissão é a Comissão Executiva do I Encontro da Classe Trabalhadora realizada no nosso Estado, de 25 a 26 de julho. E, como alerta às autoridades brasileiras, todas elas constituídas, essa comissão resolveu entregar a essas mesmas autoridades, um manifesto mostrando e marcando no dia de hoje, a manifestação dos trabalhadores paranaenses, manifesto que passo a ler neste momento: (Lê):

“Excelentíssimo Senhor:

Os trabalhadores paranaenses, representados pelas Entidades Sindicais, signatários deste, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência fazer-lhe a entrega dos anais do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Paraná, onde em suas conclusões, está externada a preocupação da classe trabalhadora, face às pressões de que é vítima, neste difícil momento da vida da Nação.

As conclusões do I Encontro encerram os anseios de grande e sofrida parcela do povo, que, presentemente, se preocupa, muito mais em não retroceder de suas conquistas, do que avançar em terreno movediço e perigoso.

As denúncias contidas nos relatórios de nosso I Encontro devem ser analisadas minudentemente, evitando que a omissão forneça campo fértil aos interesses daqueles que procuram explorar explosões no campo social.

A atenção que nos for dedicada e o reconhecimento da necessidade da autonomia e liberdade sindical, servirá, iniludivelmente, para refrear certas situações sub-humanas, conduzindo a classe trabalhadora para a trilha da esperança na Justiça Social almejada.

Preocupação constante que nos aflige é o medo dos efeitos de um desemprego desenfreado, que embora negado já tem nos atingido com as primeiras consequências.

Não se perca de vista que o trabalhador não é o culpado pelos efeitos da aplicação de um modelo econômico desajustado. Porém, insta ressaltar que tem sido, sem sombra de dúvida, a sua maior vítima. Urge, portanto, a necessidade da adoção de medidas que venham a moderar o poder “ad nutum” das empresas, principalmente daquelas que utilizando-se de capital oriundo do povo, através dos Bancos de Desenvolvimento, sacrificam os seus trabalhadores em busca de maiores lucros.

Merece atenção redobrada, também, o alto custo de vida, que somos submetidos.

É imperativo que se encontrem soluções contra as constantes majorações nos preços dos aluguéis, dos alimentos e, mais especificamente, no dos transportes.

Diz-nos a experiência que a desesperança oriunda do conjunto entre o desemprego e o aumento constante dos custos das necessidades primárias do homem resultam em danosas e indesejáveis consequências para a necessária paz social.

A reforma agrária, implantada sob a égide do Estatuto da Terra, viria, é bem de ver-se, promover uma melhor distribuição da terra e modificação estruturais no regime de sua utilização, atendendo, evidentemente, ao princípio desenvolvimento de produtividade, gerando preços mais acessíveis para o povo, desenvolvendo a verdadeira justiça social.

Desta forma, reafirmando a nossa apreensão com o futuro próximo, que se nos apresenta, ratificamos as conclusões tiradas do I Encontro das Classes Trabalhadoras no Paraná, solicitando-lhe empenho em prol de melhores condições de vida para os trabalhadores de nosso Estado.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO
MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODO-
VIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO
DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO
DO PARANÁ

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DO MATERIAL ELÉ-
TRICO DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO
ESTADO DO PARANÁ”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para confirmar a grande representatividade dos trabalhadores que assinam, através de líderes esse documento que acabei de ler e representam, aqui, 400 entidades sindicais de nosso Estado e mais um milhão de trabalhadores sindicalizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivemos um momento histórico. A paisagem deste Centro Cívico, manchada pela presença das tropas do Governo em armas contra o povo, poderia sugerir a força de quem ocupa o Palácio e dele faz seu reduto.

Mas ao contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a própria imagem da decadência final de um regime, de um governo e de um homem que já foi forte, que já teve os frutos das armas e da mistificação. Hoje, repete o expediente que caracterizou tão bem algumas figuras da história dos povos latino-americanos. Como Somoza, como Strossner, como Duvalier e tantos outros, sobrevive ao certo da insatisfação popular transformando-se em prisioneiro de seu próprio isolamento, de suas próprias tropas que ali estão para impedir que este homem, o General Ney Braga, enfrente o povo face a face, como apraz qualquer líder real fazê-lo.

Os professores que acamparam na fronteira deste território que o general e seus soldados liberaram para si, não trazem armas. Em suas mãos apenas o documento de reivindicações por melhores salários e condições democráticas. Em suas cabeças, o irresistível ideal de liberdade e justiça.

Muitos já acreditaram, no passado, no velho patriarca que agora experimenta o seu outono na carreira política. Muitos são tão antigos que tiveram a oportunidade de votar no velho general quando este se submeteu à eleição. E hoje lamentam o gesto. Que certamente não será cometido pelos mais jovens, já tão calejados na intensa luta e imunizados contra a mistificação de políticos que tanto se beneficiaram do atraso, da ignorância, do arbítrio que estes professores, em voz unida, pretende derrotar. Certos de que o futuro é reservado ao saber, ao conhecimento, e com ele a extirpação definitiva da

vocação fascista que orienta aqueles que amestram seus cães para escorraçar o povo de sua presença.

Vivemos um momento histórico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque à nossa frente se desenrolam as cenas que indicam as mudanças. Quando um conjunto de professores, que de armas têm apenas sua disposição de fazer valer seus direitos é suficiente para atemorizar o velho general a ponto deste convocar suas tropas, é porque o velho patriarca já sabe que outra forma não lhe resta de tentar preservar o poder.

Sabe, porque é contemporâneo de tantas situações históricas como esta, que a um determinado momento o fim se apresenta irreversível. Muitos se contentam em viver o final de seus dias no exílio voluntário e confortável de uma metrópole qualquer do mundo. Outros resistem até o momento em que a derrota final os transformam em personagens desnudos da mistificação, devolvidos a sua real estatura que a democracia denuncia sem pena. Tão grande homem era Somoza em seu palácio. Tantas eram as suas medalhas. Tantos os seus poderes. E tamanho o vulto que pretendia inscrever na história de seu povo e dos estadistas latino-americanos. Hoje, Somoza sem soldados, sem cães, sem armas, é um túmulo sem epitáfio. Uma lembrança negra na memória dos nicaraguenses. Este o destino final de todos os que acreditaram que poderiam governar, indefinidamente, sem o respaldo do seu povo. E por mais que permaneçam no poder, jamais conseguirão mistificar a história. Salazar é o melhor exemplo.

As eleições do ano que vem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se realizadas poderão reproduzir em escala ampliada o isolamento que vivem hoje aqueles que ainda permanecem no poder. Porque não são apenas os professores que já estão fartos de mistificação e arbítrio. São os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, os empresários que aspiram progresso. Basta ver as manifestações do dia de hoje, dia nacional de luta, que congrega os trabalhadores deste País num protesto único e ordenado contra o caos e o arbítrio.

Vivemos um momento histórico. Já não é a época em que a sociedade civil, desorganizada, atônita diante da crueza da repressão, se submetia a um AI-5, às leis de exceção que o General Ney Braga assinou. Vivemos nova época. E por mais que o General procure mistificá-la para viver um último sabor de poder, sabe que isso é impossível.

A sociedade brasileira amadureceu e está disposta a resistir, como os professores, que no frio de ontem, às ameaças de soldados e cães. Uma sociedade amadurecida que já não se contenta em substituir o governante, quer a substituição da forma de governar porque exige participação real e efetiva nas decisões sobre seu destino.

O General, seus Secretários, diante dos professores abandonaram o diálogo e soltaram os cães. É a imagem nítida que teremos inscrita na história deste Estado, sobre o processo tão difícil e lento que nos encaminha, afinal, para o encerrar de uma época e o início de outra em que figuras tão negras já não terão papel que não seja o de exemplo às novas gerações sobre aqueles que estabeleceram este período de obscurantismo e regressão.

E a história não deixará de julgar ninguém.

O Paraná continua a viver um dos momentos mais comprometedores de sua história, por culpa exclusiva dos homens que lideram a oligarquia palaciana há quase 30 anos. O aparato bélico montado ontem cedo pela Secretaria da Segurança, a mando do Sr. Governador, General Ney Aminthas de Barros Braga, foi mais uma página negra que as futuras gerações terão de fazer um julgamento.

Mobilizar mais de mil soldados da Polícia Militar, cães amestrados, bombas de gás lacrimogêneo e outros apetrechos bélicos, para bloquear uma passeata ordeira e pacífica dos professores paranaenses, demonstra o quanto estamos longe da tão badalada abertura política. Aqui no Paraná, ainda vigora

o AI-5 e todos os instrumentos de repressão. Apesar do Governador ser um General da reserva, o Paraná não aceita ser governado pelas cartilhas dos quartéis e nem se sujeita à obediência da ordem unida. Se o Governador continua rezando as velhas lições, a sua prece não encanta mais ninguém.

O Centro Cívico virou uma praça de guerra, assustando até as crianças que diariamente realizam "peladas" de futebol nos gramados do parque. O medo do povo transforma os governantes em arquitetos de aparatos que lembram os dias mais negros do fascista Mussolini e do nazista Hitler, ao menos quanto à intimidação.

Quem, como nós, teve a oportunidade de visitar o acampamento dos professores às 2 horas da manhã de hoje, viu um amontoado de pessoas enfrentando um frio de 4 graus. Também os soldados, escalados à missão, demonstravam cansaço e muito frio, apesar do revezamento. Um triste espetáculo! Um verdadeiro campo de concentração. E enquanto inofensivos professores do interior, rodeados de soldados, enfrentavam o frio da madrugada, onde estavam o Sr. Ney Braga e o Sr. Secretário da Educação? Evidentemente que em suas belas casas, envoltos nas mantilhas da burguesia.

Os professores estão encaminhando uma representação ao Governo Federal para que este intervenha no Poder Executivo do Paraná, exigindo o pleno cumprimento dos dispositivos da Constituição do Paraná e da Lei Complementar 7/76.

Foi durante a reunião de assembléia dos professores que se resolveu exigir do Governo Federal, a intervenção no Poder Executivo do Paraná.

A verdadeira subversão está no desrespeito.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes, nobre Deputado.

A verdadeira subversão está no desrespeito à lei. O General Ney Braga, rasgando a Constituição ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... Constituição com a sua intolerância doentia, transforma-se num General subversivo. O General da subversão, cruel, despótico, desumano, anti-cristão.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do Sr. Deputado, que respeite o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Gabriel Manoel — Respeitar, se ele não respeita o próprio poder constituído? Agora, vamos respeitar quem mais?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A pessoa para ser respeitada tem que respeitar. Vossa Excelência tem o dever de determinar sejam expungidos da Ata, os termos e expressões descorteses com o Chefe do Poder Executivo Estadual. Democrata, homem estimado, amado pelo povo do Paraná, agora lamentavelmente o Deputado que se encontra na tribuna, está usando de termos descorteses e Vossa Excelência tem o dever e a obrigação de determinar que sejam expungidos da Ata esses termos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará expungir da Ata os termos injuriosos ao Chefe do Poder Executivo.

O Sr. Gabriel Manoel — Então a falta de respeito foi do moço que a Mesa vai mandar expungir o que ele disse. Não é

da minha parte a falta de respeito, Sr. Presidente. A falta de respeito é do orador e Vossa Excelência não está cumprindo com os ditames da Presidência, porque também não sou palhaço, Sr. Presidente, para que Vossa Excelência mande expungir da Ata ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao nobre Deputado que aguarde o orador lhe conceder o aparte.

Com a palavra o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes eu vou fornecer com toda satisfação, para o Deputado Gabriel Manoel e Gabriel Sampaio, dentro de cinco minutos.

A verdadeira subversão está no desrespeito à lei, como disse, e o General Ney Braga, rasgando a Constituição transforma-se num general subversivo.

O Sr. Gabriel Manoel — Mentira, mentira. Mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Faz soar os tímpanos). (Tumulto no plenário).

Continua com a palavra o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — O General da subversão, cruel, despótico, desumano, a anti-cristão, que colocou tropas nas ruas ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Vossa Excelência conhece o Regimento Interno.

O SR. NELTONFRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente. (Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do nobre Deputado Gabriel Manoel que se contenha a fim de que o Deputado Erondy Silvério...

O Sr. Gabriel Manoel — E essas mentiras que esse menino está falando? Precisa conter essas mentiras. Isso o Senhor não contém. Mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — (Faz soar os tímpanos). Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência. Violência gera violência, realmente. Desrespeito gera desrespeito e nós vamos acabar tumultuando a sessão como já tem acontecido aqui, porque nós não podemos permitir expressões dessa natureza, Sr. Presidente. Isso nem em lupanar, nem nos Quatro Bicos, onde o nobre Deputado é assíduo freqüentador, se escuta um linguajar dessa natureza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, essa sessão vai degenerar, se Vossa Excelência não tomar uma providência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do nobre orador que se contenha no seu pronunciamento a fim de que nós possamos ter uma sessão tranqüila e solicito ao nobre Deputado Gabriel Manoel ...

A Mesa já fez um apelo ao orador.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, a nossa bancada teria que ter um comportamento ao menos nesse instante, digno e se retirar, porque o Regimento permite e os horários

de expediente da Casa, a possibilidade do ilustre Deputado Gabriel Manoel, ir ao microfone dizer e responder. Agora, nós não podemos, Sr. Presidente, é ficar nesse vai e vem.

Sr. Presidente, tenho a impressão que a continuar nessa situação, não é possível nem continuar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência levanta a sessão até que se sosseguem os ânimos. Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Não há o que negar, Sr. Presidente, que o Governo tratou o professor como se marginal fosse. Ignorando talvez, que como marginal se comporta, ao violentar a lei e agredir os direitos humanos inalienáveis. Diante da falência moral e administrativa do General Ney Braga... (tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Diante da falência moral e administrativa do Governo Ney Braga, diante da lei, diante da suposta debilidade física e mental do Sr. Governador, (protestos da Bancada do PDS).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Fiori Luiz. A Mesa esclareceu ao nobre Deputado, que moderasse o seu pronunciamento, e solicita do nobre Deputado que cumpra o compromisso assumido há instantes, com o Presidente deste Poder, sob pena de que baseado nos artigos 24 e 25, esta Presidência se verá forçada a cassar-lhe a palavra.

Continua com a palavra o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Como jornalista de 20 anos, eu continuo.

E como representante do povo e como cidadão, venho de público fazer um apelo ao Sr. Governador Ney Braga, que renuncie ao cargo para o qual foi ungido, sem o respaldo popular. O Paraná sabe também que o Governador Ney Braga, na nossa opinião, de cidadão e de paranaense, e o apelo que o Paraná faz, diante da insensibilidade do Sr. Governador, diante da incapacidade de raciocínio e de analisar os fatos que acontecem dia a dia neste Estado, que para o bem do Paraná renuncie ao cargo. Porque o Paraná sabe também que o Vice-Governador é um homem aberto e mais compreensivo e aberto aos problemas sociais do Paraná e potencialmente melhor possibilitado para entender esse gravíssimo momento paranaense. Assim sendo, o Paraná espera, baseado nos últimos fatos ocorridos ontem e hoje no Centro Cívico, que Ney Braga recolha-se à sua vida privada, deixando a direção do nosso Estado ao Vice-Governador, José Osken de Novaes; assim agindo, preservará um pouco de sua imagem, hoje tão desgastada neste Estado do Paraná.

É o apelo, Sr. Presidente, não em nome da Bancada, mas como cidadão e paranaense, para que o Sr. Governador, diante da total incapacidade de administrar este Estado, que renuncie ao cargo e se recolha à sua vida privada, para que o Paraná não possa sofrer solução de continuidade. E para que o Sr. Vice-Governador tenha a sensibilidade de recolher os professores no Palácio, para um diálogo franco e aberto. E isto tem sido negado pelo atual Governador.

Era isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que

lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará do horário o ilustre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, certa vez, ainda na minha adolescência, ao ver um conflito num jogo de futebol, tinha apenas 10 anos de idade. Não encontrando amparo e morando numa pequena vila, sede de um distrito do Estado de São Paulo, para cujo campo de futebol, tinha ido a cavalo e ante aquele terrível conflito, o meu veículo de transporte me deixou a pé. E distante da minha casa encontrei um padre, que me viu em prantos. Tinha perdido inclusive a companhia de meu pai naquele tumulto e o meu desespero fez com que eu corresse pela mata a fora e fui ter numa capela, onde um padre acabava de rezar uma missa e ele me disse o seguinte: “você conhece uma epístola de Paulo que teria escrito a Timóteo, que diz o seguinte: combati o bom combate, completei a carreira e guardei a fé”.

Querida aquele pároco me dizer o seguinte: depois desses desesperos, o único recurso é fugir da multidão, do tumulto e repensar.

Sr. Presidente, o Paraná precisa ser repensado. A situação do País precisa ser repensada. E ante esses tumultos de fora e de dentro, nosso e dos outros, talvez, fosse o momento mais adequado para que todos refletissem o que é que estamos fazendo para quem estamos fazendo e porque estamos fazendo.

De nossa parte, Sr. Presidente, assumo agora neste momento esta tribuna para recomençar este bom combate e buscar com exatidão o cumprimento deste doloroso e cívico dever. De aperfeiçoar as instituições e buscar soluções, de propor idéias, de debater temas e de apresentar também, modestas sugestões como temos feito com muitos erros mas, prováveis acertos no curso dos anos que temos servido a este Parlamento.

Hoje se discute, Sr. Presidente, o Projeto de Lei n.º 94/81. Projeto que busca através da Mensagem do Governo, adequar a situação, principalmente, dos aposentados do Estado do Paraná e ao manusearmos, Sr. Presidente, a Mensagem Governamental, vamos encontrar conflitos permanentes de metodologia, administrativa e até jurídica. Há verdadeiros flagrantes de injustiça que este Parlamento tem o dever, o alto dever de corrigir através das discussões.

Provavelmente, mergulhado no vício da obediência, o País não vive e não respira, ainda, a liberdade apregoada pelos tratadistas de regimes democráticos, de ideologia ou de doutrina democrática.

Entretanto, alçado a esta incumbência pelo meu Partido, encaminhamos já na tarde de ontem, algumas alterações pretendidas por emenda, que deverão ser examinadas por este Parlamento. Algumas delas não triunfaram na CCJ.

Mas, o objetivo maior, Sr. Presidente, é aperfeiçoar e corrigir eventuais laivos de injustiças que no projeto original ainda contém com relação aos inativos.

A presença quase maciça de setores representativos desses servidores que gozam, hoje, na aposentadoria, a semente do trabalho prestado no curso de, pelo menos, 30 anos de serviços dedicados ao engrandecimento do Estado; estes que plantaram, que implantaram uma máquina estrutural de desenvolvimento, principalmente administrativo e político do nosso Estado, estão, hoje, marginalizados, pela forma com que, nos últimos diríamos nós - 20 anos, vêm sendo tratados esses servidores.

E, numa despresticiosa manifestação de aperfeiçoamento de alguns institutos que pretendem impor através do processo legislativo, o Governo do Estado, dialogando, inclusive, com

setores representativos da sociedade paranaense, que estão aqui, neste Parlamento, representando este povo paranaense, através do Partido do Governo, chegamos a um pensamento eclético: buscar a melhor forma de tratar o inativo ou o aposentado.

E o que temos, Sr. Presidente, em primeira fase da nossa discussão, que propor é uma modificação do artigo 2.º, do projeto encaminhado pela emenda do Governo.

O texto original diz o seguinte: “o funcionário aposentado em cargo de carreira que, posteriormente, tenha sido reestruturado, terá seus proventos revistos, com base no vencimento correspondente ao nível inicial básico da estrutura de carreira vigente em 1.º de janeiro de 1982”.

Como se nota, Sr. Presidente, este artigo busca trazer ao servidor aposentado, uma modesta posição em que todos eles, não importando o nível da referida classe a que pertencia, da carreira a que pertencia, todos ficaram agrupados no seu nível inicial. Na justificativa do Governo, houve um grande avanço para esses aposentados. É que pela lei anterior, a 7424, que procurou implantar a reclassificação de cargos do Poder Executivo, evidentemente, entre uma e outra, houve um degrau de avanço. De avanço proporcional entre essas duas leis: o estado anterior e a Lei de Classificação de Cargos. Nesta, o funcionário aposentado recebeu do Governo, o seguinte tratamento: passaram a perceber, pelo nível inicial da carreira, a somatória de vencimento e de vantagens, englobados aí, no nível inicial de carreira, os proventos de aposentadoria.

Nesta proposição do Governo, a diferença existente entre aquele diploma legal, no seu artigo 15, para este do artigo segundo, combinado com seu artigo quinto, tem praticamente uma pequena alteração. Alteração de interpretação entre provento e vencimentos.

Na Lei 7424, engloba-se, pelo nível inicial de carreira, todos os proventos. Nesta, busca-se elevar para o nível inicial de carreira, os vencimentos, aos quais são somadas as gratificações, os adicionais, as vantagens levadas à aposentadoria.

Se levarmos em consideração uma e outra, efetivamente, que o Governo deu o salto de um degrau apenas. Mas, se levarmos em conta a questão do direito adquirido da justiça e da equinidade, que o Governo apregoa em sua Mensagem, efetivamente, há uma larga distância, não só de interpretação, mas também de formalização.

O fato é que o Governo, a exemplo de professores, engenheiros e de outros servidores, busca fazer um nivelamento de todos aqueles que foram à aposentadoria, quando transformados os cargos passem agora, já em aposentadoria sendo gozada, a figurar apenas como contemplados no nível inicial de carreira.

Isto quer dizer, todos os servidores que, dentro de uma determinada classe de carreira, por exemplo, os engenheiros, eles tiveram diversos graus, diversos níveis, na estrutura de carreira. Por exemplo, o nível 30, hoje, pelo projeto do Governo, ficará nivelado ao nível 24 da estrutura de carreira desse curso superior.

A proposição que estamos fazendo a esta Assembléia é de resguardar os direitos adquiridos, durante todo o tempo em que esteve prestando serviço ao Estado.

E a proposição inicial desta modificação do artigo segundo, resolve todos os problemas dos servidores, hoje, gozando da aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que resta apenas um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... a proposição é a seguinte, Sr. Presidente: “o servidor inativo terá seus proventos revistos, com base no vencimento básico inicial estabelecido

para o cargo correlato, assegurada a correspondência de vencimento igual, ou se inexistente, ou de vencimento mais próximo ao cargo efetivo em que seria incluído por transposição ou transformação”.

Como se nota, pela redação desse artigo, o espírito da lei buscou limitar, desde que o Governo coloca, procurou limitar a preservação do direito adquirido daqueles que, durante as atividades, por razões múltiplas, conseguiram avançar de graus da carreira em que estavam enquadrados. Nestas condições, ficou ele tolhido de preservar a condição existente anteriormente a essa lei, dando margem a uma grande insatisfação ao servidor que, anos a fio de sua juventude e de sua vida potencialmente elaborativa, contribuiu para o desenvolvimento da Administração Pública do Estado. A prevalecer esse raciocínio, a Lei 7424, trouxe uma grande frustração a pessoas hoje idosas; no declínio já da sua vida, o que constitui um flagrante conflito entre aquela Mensagem do Governo e a realidade fática desses aposentados.

Observe-se ainda que, a lei mencionada, além de não contemplá-los com a preservação do seu estado anterior, agrupou a todos em uma mesma classe de carreira, no seu nível inicial, nele englobando não só os vencimentos mas todas as vantagens incorporadas ao longo dos anos de serviços prestados. Chegou ao ponto de, um servidor recém ingresso com a idade mínima para exercer um cargo público, passou a receber a mesma quantia de um aposentado que tenha prestado pelo menos, 30 ou 35 anos de efetivos serviços, de sexos diferentes.

A razão do espírito dessa citada lei, no nosso fraco entender talvez seja a preservação unicamente orçamentária e que atualmente se convencionou chamar a “tecnocracia dominante” de razão de Estado, ou interesse do Estado”.

Esta emenda, Sr. Presidente, — quero concluir — busca restaurar esta grande injustiça praticada ao arrepio do princípio constitucional, segundo o qual todos são iguais perante a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso da palavra. — Declina. A Mesa consulta se o PDS deseja fazer uso da palavra. Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Paraná tem testemunhado, particularmente nestes últimos dias, a preocupação do Governo e a preocupação dos professores. Felizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pode também contemplar a preocupação de alguns setores desta Casa, com a atual crise do Magistério. E o mínimo que nós temos o direito de esperar nesta hora, é que, todos os Srs. Deputados, compreendendo a gravidade da situação, busquem contribuir, oferecendo alternativas e soluções para a crise. Não será, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com o estímulo ao acirramento de ânimos que nós vamos chegar a alguma conclusão favorável; não será, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faltando com o respeito mínimo que se pode esperar no tratamento de homem para homem, que nós chegaremos a um resultado que consulte os interesses maiores da sociedade deste Paraná.

Hoje, na verdade, esta Assembléia mais uma vez, ocupa uma página da história política paranaense, não pela grandeza de um pronunciamento. Mas, pelos termos não só pouco convenientes, não só descorteses, não só injuriosos, mas com a pretensão de ofender ao Governador deste Paraná.

E no relacionamento de poder para poder Sr. Presidente, temos a obrigação de entender que o respeito deve presidir esse relacionamento. Nunca ouvimos o Governador Ney Braga sair através dos órgãos de comunicação, ofendendo Deputados da Oposição, mesmo que deles discordando. Nunca ouvimos o Governador deste Estado, fazer críticas à Oposição, pelo

seu posicionamento ideológico, mesmo que dela Oposição discordando. E, por que Sr. Presidente? Por que Srs. Deputados? Por que Senhores e Senhoras, pessoas deste Paraná que se encontram aqui nesta Casa neste momento? Que nós devemos calar, que nós devemos silenciar na hora em que nós estamos sentindo na nossa própria carne, o trauma social que se instala nesse Paraná.

Não queremos que este Paraná, conflagrado Sr. Presidente, seja um episódio da história política brasileira com inscrição de letras negativas, nesta história que nós queremos seja, cada vez mais radiosa para esses paranaenses que habitam esta terra. E, o tema central Sr. Presidente, das discussões, envolve a política de pessoal do Governo, envolve o magistério do Governo. E eu me permito pedir a Vossa Excelência que encaminhe a esta tribuna a Ordem do Dia da Sessão de hoje, para que nós possamos provar com números, com dados concretos, a que nível chega a preocupação do Governo com os professores e com os servidores.

Como se já não bastasse Sr. Presidente, todo o rol de providências que o Governo do Estado adotou, para atender o magistério e os servidores públicos do Paraná. A Ordem do Dia de hoje Sr. Presidente, consta de onze matérias para serem deliberadas. Dessas onze matérias, sete tratam do magistério e de servidores do Governo do Estado, de onze são sete matérias de iniciativa do Poder Executivo para atender a setores diversos do nosso pessoal. Aqueles que não tem compromisso com a ação governamental, poderão contra-argumentar, que não chegamos ainda ao ideal e, certamente, não chegaríamos, nem que tivéssemos as onze matérias da Ordem do Dia aqui constante.

Porque simplesmente, a situação é extremamente grave. Que culpa pode ser imputada ao Governo atual, se a política de pessoal do Estado do Paraná, sofreu uma terrível defasagem nos últimos anos? Que culpa pode ser imputada a um Governo, que tem desde o primeiro dia a partir da sua instalação, se preocupado exaustivamente com todas as reivindicações das entidades de classe?

E, nós não estamos aqui lançando ao ar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, palavras que se perdem pela irresponsabilidade. Nós estamos oferecendo subsídios concretos para análise de todos os presentes.

Recentemente conversava com um presidente de uma associação de Pais e Mestres e ele me argumentava que confrontando o ensino de hoje com o ensino do seu tempo, ele constata uma diferença enorme da qualidade desse ensino e me perguntava, porque o Governo não melhora a educação? Respondia com toda tranquilidade que este Governo desde a sua instalação, tem se preocupado muito mais em atender reivindicações, em equacionar problemas, do que cuidar da educação, porque tem faltado tempo para que se cuide da educação.

Educação no sentido gerencial, Senhor Presidente, educação no sentido profundo que se deve dar realmente à matéria, mas no entanto, ainda há os incrédulos, que incrédulos continuam, porque incrédulos nasceram, que não querem acreditar nesta sinceridade, simplesmente por conveniência e simplesmente porque com olhos e ouvidos fechados preferem ignorar a realidade, para satisfazer a um oportunismo político que esta Casa tem o dever de reprimir.

É um momento Senhor Presidente, de extrema seriedade. Não foram duas, nem três, nem dez horas que Deputados desta Assembléia estudaram esta matéria na Comissão de Educação e as conclusões estão firmadas num documento, documento que leva a assinatura de Deputados de Partidos diferentes, que leva assinatura de presidentes de associação de classe, que leva assinatura de presidentes de entidades classistas do magistério, e quando nós ouvimos que o Governo se nega a dialogar com os professores, aos que tem os olhos fechados e os ouvidos surdos e a boca muda, a esses, nós ainda devemos dizer que ainda ontem à noite, na Casa Civil do Governo do Estado, uma reunião de

mais de quatro horas foi feita para que se chegasse a uma conclusão.

O Sr. Nilton Friedrich - Permite-me um aparte, ilustre Deputado Airtton Cordeiro?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Concederei ao Sr. Deputado Erondy Silvério que me solicitou pela ordem.

O Sr. Erondy Silvério - Agradeço Vossa Excelência e até lamento que Vossa Excelência me conceda esse aparte, porque interrompo o brilho de um pronunciamento equilibrado, sereno e com elegância com que deve se portar o Parlamentar na tribuna desta Casa. Vossa Excelência coloca a situação a nu sem ofender ninguém, sem baixar do nível que deve imperar sempre entre os Parlamentares desta Casa.

Era apenas para lembrar a Vossa Excelência que essas providências governamentais que a Casa aprecia e que constam da Ordem do Dia de hoje, representa um acréscimo de despesas na ordem de cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. O limite máximo suportável pelo Tesouro, de endividamento no corrente exercício.

Então vê Vossa Excelência que o Governador Ney Braga foi tão injustamente, tão impiedosamente atacado nesta Casa com termos de baixo calão, próprios mesmo de lupanares, jamais de um Poder Legislativo, ele tem feito o que lhe é possível para atender as reivindicações que eu posso até considerar justas de todo o funcionalismo do Estado, não apenas dos Senhores professores.

Mas ainda lembrou muito bem Vossa Excelência. Jamais um jornal desta terra, uma emissora de rádio ou de televisão publicou uma palavra sequer ao Governador Ney Braga que pudesse ofender um dos membros do Poder Legislativo e os Poderes são independentes, mas devem ser harmônicos. Não pode o Poder Legislativo, através de um ou de dois ou de três de seus membros, aliás, figuras notadamente marcadas nesta Casa, que vem com o "script" pronto para atacar a honra e a honorabilidade pessoal do Governador do Estado. Já faz parte de uma tática legislativa, ocuparem a tribuna dois ou três elementos da Oposição que nós já marcamos, quais sejam, para atacar e denegrir a honra de um homem que só fez trabalhar pelo povo do Paraná em todos os mandatos que ele honrou com a sua honestidade, com o brilho da sua inteligência, e, acima de tudo, com o seu acendrado amor à terra paranaense.

Ney Braga não é um ditador como Somoza, Ney Braga é um homem que sempre, à exceção do último mandato, porque a regra do jogo determinava que os governadores da atual safra fossem escolhidos pela via indireta e os Senhores Deputados que aqui estão, que se candidataram, conheciam as regras desse jogo, mas à exceção desta última indicação, sempre foi o campeão das urnas, jamais perdeu um pleito eleitoral. É um homem amado, estimado, adorado pelo povo do Paraná e não será a voz de dois ou três irresponsáveis, o linguajar baixo, próprio de quem realmente prova que não tem condições de representar o povo dessa cidade, que irá denegrir a imagem e o nome de um homem reconhecido nacionalmente e quiçá internacionalmente como é o nosso Governador, que nós temos o máximo orgulho e a máxima satisfação de vê-lo à frente dos destinos do Paraná.

Lamento que episódios dessa natureza continuem se repetindo aqui e perguntaria ao Senhor Deputado que foi tão cruel com o Governador do Estado, se ele gostaria que eu fosse à tribuna e dissesse a mesma coisa do seu caráter. Não gostaria, evidentemente.

Então não se deve atirar a pedra nos outros porque ela pode recochetear e vir em cima da nossa própria cabeça. Por isso Vossa Excelência com este discurso equilibrado, sereno, elegante, lava a alma de uma Bancada que revoltou-se, revoltou-se pela maneira desleal, covarde com que se houve um Deputado na tribuna, porque ele lia o que fora preparado por uma assessora que prepara todos os pronunciamentos dentro dessa tônica

de denegrir a honra pessoal do Governador do Estado. Nenhuma proposta vem da Oposição para melhorar as condições sócio-econômicas do povo paranaense, propostas concretas. Vem apenas ataques pessoais que estão se tornando insuportáveis pela ousadia e pela molecagem da sua impostura.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e lamento sinceramente ter que interrompê-lo, porque Vossa Excelência hoje está demonstrando como se deve comportar um Parlamentar dentro de uma Casa de Leis.

O Sr. Nilton Friedrich - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término da sua oração.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, sentir-me-ia profundamente feliz em poder conceder este minuto final ao Deputado Nilton Friedrich. E complementarei a minha felicidade, fazendo um apelo a Vossa Excelência, como Líder da Bancada do seu partido. Quando o homem perde o respeito para com o seu semelhante, Deputado Nilton Friedrich, rompem-se todos os vínculos da moral e da ética. E rompidos esses vínculos, nós partimos para a auto-destruição. E nós não gostaríamos que a nossa geração, que este Parlamento composto por 58 Srs. Deputados, testemunhassem a ruptura da ética e da moral, pela sementeira da irresponsabilidade e da falta de compromisso com a própria verdade. Não desagravo Ney Braga, Sr. Presidente. O desagravo de Ney Braga é feito pelo povo, que como disse o Deputado Erondy Silvério, o quer muito e já provou isso. E tanto quanto o povo quer, Ney Braga sabe querer a sua gente, pelo muito que por ela tem feito. Aqueles incrédulos, que incrédulos continuam, porque incrédulos nasceram, o nosso desprezo e a Ney Braga a nossa solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 07/81, (Mens. Govern. n.º 29/81), que cria cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual de Educação. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 07/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º - Ficam criados, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual da Educação, os seguintes cargos de provimento em comissão:

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Secretário Geral	1-C
Assessor Técnico do Presidente	2-C
Assessor Administrativo do Presidente	2-C
Chefe do Grupo de Apoio Administrativo	2-C
Chefe do Grupo de Apoio Técnico	2-C
Chefe da Secretaria das Câmaras e Comissões	2-C

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
ROSÁRIO PITELLI – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 69/81 (Mens. Govern. nº 51/81), que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10, da Lei nº 7099, de 1979, aos professores, conforme especifica. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 69/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Farão jus à Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10 da Lei 7099, de 08 de janeiro de 1979, além dos professores mencionados no referido dispositivo, os auxiliares de regência de classe 1ª Série do 1º Grau e o Pessoal do magistério em efetiva regência de classe no ensino pré-escolar.

§ 1.º – O direito à gratificação independará do Quadro ou Grupo Ocupacional a que o beneficiário pertença, bem como do cargo efetivo que ocupe.

§ 2.º – A gratificação a que se refere este artigo será devida também nas férias imediatamente posteriores ao período letivo, na proporção correspondente à soma do número de dias/aula efetivamente ministradas, divididas pelo número de meses do período letivo.

Art. 2.º – O valor da gratificação de que trata esta lei será fixado por ato do Poder Executivo, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) do valor inicial do nível PA-1, por dia útil de aula efetivamente ministrada.

Art. 3.º – A gratificação de regência de classe de que trata esta lei, será incorporada aos proventos de aposentadoria, desde que percebida por período não inferior a 03 (três) anos consecutivos ou 05 (cinco) anos alternados.

Art. 4.º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
ROSÁRIO PITELLI – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 70/81, (Mens. Govern. nº 52/81), que autoriza o Poder Executivo a conceder, mediante decreto, a redistribuição dos cargos criados no Quadro Próprio do Magistério, pela Lei nº 6892, e dá outras providências que especifica. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 70/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – O Poder Executivo poderá, sob proposta da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, proceder a redistribuição dos cargos criados pela Lei nº 6892, de 20 de julho de 1977, nas diversas séries de classes dos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, Grupos Ocupacionais MPP-100 e MPE-200, instituídos pela Lei Complementar nº 07/76, de 22 de dezembro de 1976.

Parágrafo único – Fica ainda, o Poder Executivo, autorizado a transferir, de acordo com as necessidades da Administração, cargos integrantes de um Grupo Ocupacional para o outro, dos que compõem o Quadro Próprio do Magistério, alterando-lhes a denominação, de conformidade com o Grupo Ocupacional para o qual forem deslocados e respectivo nível de

atuação.

Art. 2.º – As providências de que trata esta lei serão processadas mediante decreto e desde que não impliquem em aumento de despesa.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
ROSÁRIO PITELLI – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 71/81, (Mens. Govern. nº 53/81), que dispõe do enquadramento dos professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar nº 07, de 1976, no Quadro Próprio do Magistério. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 71/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Os professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar nº 07/76, de 22 de dezembro de 1976, serão enquadrados nas classes e níveis do Quadro Próprio do Magistério, especificados nos aludidos artigos, passando a integrar o Grupo Ocupacional MPP-100, nas Classes e Níveis de vencimentos definidos nos referidos artigos, ficando, em consequência, extintos os respectivos cargos.

Parágrafo Único – A Secretaria de Estado de Recursos Humanos, sob proposta da Secretaria de Estado da Educação, expedirá os competentes atos de enquadramento.

Art. 2.º – Os enquadramentos previstos nesta lei só produzirão efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado, dos atos a que alude o parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
ROSÁRIO PITELLI – Relator

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 72/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 90/81), que concede aumento de vencimentos e abono provisório aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão, aos integrantes da Polícia Militar do Estado e respectivo pessoal inativo, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, C.F. e C.R.H., por unanimidade. – **EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 84/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo conceder, ao Memorial JK, um auxílio de até Cr\$... 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para sua construção em Brasília. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por maioria. **EM REGIME DE URGÊNCIA – Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência, antes que atenda o requerido pelo Sr. Deputado José Tavares, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Responderam a chamada nominal, 39 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa fará a verificação requerida pelo nobre Deputado José Tavares.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Gostaria que Vossa Excelência pudesse informar o projeto que está em votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) É o 84/81, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Memorial JK, o valor de seis milhões de cruzeiros.

Em votação. — Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência que faça constar na Ata, que os votos contrários a este projeto, de autoria do Deputado Erondy Silvério, foram dos partidos de Oposição com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa procederá o registro na Ata dos trabalhos.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Gostaria que Vossa Excelência fizesse constar na Ata, os Deputados que estão presentes, e comunicasse às Lideranças que estão presentes e os que estão ausentes também.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa fará constar da Ata.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 85/81), que fixa critérios especiais, com vistas à revisão dos proventos dos funcionários inativos do Estado, disciplina e incorporação de vantagens e proventos de inatividade, e dá outras providências que especifica: Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e C.F. e C.R.H. por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de números 01 a 10, devidamente apoiadas, no seguinte teor:

“EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81

Art. — Os servidores com os direitos funcionais assegurados pela Lei nº 5363, de 27 de julho de 1965, perceberão os vencimentos relativos ao padrão I, referência 01, da Tabela II, do Anexo II, da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamentos: ROSÁRIO PITELLI, GABRIEL SAMPAIO, GILBERTO CARVALHO e WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Os ex-vogais da Junta Comercial que se encontram em disponibilidade, até o advento da Lei Federal nº 4726, de 13/07/65, não eram remunerados pelos cofres públicos.

Percebiam por um sistema de CUSTAS, fixadas por lei, e tinham assegurado pela legislação do Estado, o direito de aposentadoria e disponibilidade (Leis 4309, de 15/01/61; 4858, de 24/04/64 e 5912, de 19/11/65).

Com a Lei Federal 4726, dispondo sobre os “Serviços de Registros do Comércio”, a nível nacional, os Estados fizeram suas adaptações.

O cargo de Vogal que era demissível, passou a ser exercido por mandato, período definido, e os vogais que se achavam no exercício foram colocados em disponibilidade, na forma da Lei Estadual 5363, de 27 de julho de 1966, com os vencimentos do NÍVEL 22 que haviam sido assegurados pela Lei 5192, de

19 de novembro de 1965.

Com a edição da Lei 5978, de 01/09/69, que estabeleceu um novo sistema de classificação de cargos, os vogais em disponibilidade passaram a receber vencimentos pelo NÍVEL 27.

Embora não seja expressa em quaisquer das leis, desde a primeira que tratou da disponibilidade dos vogais, o nível de vencimentos atribuído aos vogais para efeito de disponibilidade, sempre situou-se no mesmo símbolo deferido ao pessoal de nível universitário.

Não há no plano de classificação cargo que se possa considerar correlato ao de vogais, entretanto, no caso de atender-se ao pedido dos vogais o caminho correto é inserir em lei que os seus vencimentos passem a ser pagos pela referência base (1) do padrão I da Tabela II, do Anexo II, da Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980.

OBSERVAÇÃO:

Os vencimentos são da inicial do último nível da Tabela da Carga Horária de 30 horas semanais: Cr\$ 28.740,00 mais o aumento de 01 de janeiro de 1981 para o funcionalismo em geral.”

“EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 02
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81

Art. — A incorporação de gratificações previstas na Lei 6794, de 08 de junho de 1976, estende-se aos funcionários do Poder Executivo e do Tribunal de Contas que se enquadrem nas mesmas condições temporais aludidas no artigo 21 da Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980, uma vez preenchidas as exigências daquela lei.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: GILBERTO CARVALHO, WERNER WANDERER, GABRIEL SAMPAIO e ROSÁRIO PITELLI.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a inclusão deste artigo na mensagem que o Governo propôs aos inativos, estender aos funcionários do Tribunal de Contas, os benefícios do Art. 21 e seu parágrafo. Ao mesmo tempo que se pretende com o parágrafo, deixar claro os objetivos do aludido artigo 21, da Lei 7424.

Esclareça-se ainda, que o Art. 21 tem caráter temporal, pois somente beneficiará aqueles que exerceram ou que estavam exercendo cargo em comissão na data da publicação da referida Lei 7424”.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 03
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81

Art. — O § 1.º do Art. 2.º passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º do Art. 2.º Se a reestruturação tiver ocorrido com a elevação da jornada de trabalho para quarenta (40) horas semanais, a revisão dos proventos de inatividade, para os que têm a incorporação de serviço extraordinários e RETIDE — Regimento de tempo integral e dedicação exclusiva, far-se-á proporcionalmente à jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais asseguradas as vantagens especificadas no ato da aposentadoria”.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) CYRO MARTINS

Apoiamento: FUAD NACLI, RENATO BUENO, GERNOTE KIRINUS e TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Realmente a explanação de Sua Excelência o Governador do Estado, ao encaminhar à apreciação desta Assembléia Legislativa a fixação de critérios para a revisão dos proventos dos funcionários inativos do Estado, é digna de providências a serem tomadas por esta Casa de Leis.

Realmente, repito, as novas estruturas nas carreiras não cogitaram de atualizar o pessoal inativo.

É o contido na Mensagem 85/81, de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná.

É sentido, na mensagem encaminhada, a preocupação do Governador Ney Braga, ao afirmar que os aposentados perderam requisitos de igualdade com a atual correlata.

Eis porque, examinando a mensagem, altamente humana de Sua Excelência, prestamos uma colaboração, a fim de, não só apresentar um Substitutivo, dentro dos mesmos objetivos, como também a participação para atender a revisão de proventos proposta.

É de justiça, pois, que os inativos, cujos proventos de tempo integral, serviços extraordinários e vantagens adquiridas dentro de suas atividades, exerciam dedicação exclusiva, sem perceberem nada em troca, a não ser os vencimentos correspondentes, sejam hoje enquadrados como especifica a emenda".

**"EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 04
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81**

ACRESCENTE—SE ONDE COUBER:

"O servidor inativo do Estado que, na data desta lei esteja exercendo ou tenha exercido, após aposentado, cargo diretivo por um período de cinco anos consecutivos ou dez anos alternados, investido por ato governamental, terá seus proventos de inatividade revistos em relação ao cargo que venha exercendo ou a partir da data prevista no artigo 21, da Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980, se já estiver desligado do cargo diretivo, com base no vencimento do cargo de maior símbolo, exceto os privativos de Secretário de Estado.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoio: DAVID CHERIEGATE.

**"EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 05
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81**

Substitua-se a redação do Art. 2º, pelo seguinte:

"Art. 2º — O servidor inativo terá seus proventos revistos com base no vencimento básico inicial estabelecido para o cargo correlato, assegurada a correspondência de vencimento igual, ou se inexistente, o de vencimento mais próximo ao cargo efetivo em que seria incluído por transposição ou transformação".

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: PINTO DIAS, GILBERTO AGIBERT FILHO, LINEU TURRA, JOSÉ TAVARES, TADEU LÚCIO MACHADO, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, DÁCIO LEONEL, CYRO MARTINS, WALDYR PUGLIESI, RENATO BUENO, NESTOR BAPTISTA, GERNOTE KIRINUS, FIORI LUIZ e NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O Art. 15 da Lei 7424, de 17/12/80 (Classificação de Cargos do Poder Executivo), diz o seguinte:

"Nenhum servidor inativo poderá ter o montante de seus proventos de inatividade inferior ao vencimento básico inicial estabelecido para cargo correlato àquele em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida".

Como se nota pela redação desse artigo, o espírito da lei buscou limitar a preservação de direito adquirido daqueles que, durante as atividades, por razões múltiplas, conseguiram avançar de graus da carreira em que estavam enquadrados.

Nestas condições, ficou ele tolhido de preservar a condição existente anteriormente a essa lei, dando margem a uma

grande insatisfação ao servidor que, anos a fio de sua juventude e da sua vida potencialmente laborativa, contribuiu para o desenvolvimento da administração pública do Estado. A prevalecer este raciocínio, a Lei 7424 trouxe uma grande frustração a pessoas idosas, no declínio já da sua vida, o que se constitui um flagrante conflito entre aquela mensagem do Governo e a realidade fática desses aposentados.

Observe-se ainda que a lei mencionada, além de não contemplá-los com a preservação de seu estado anterior, agrupou a todos de uma mesma classe de carreira no seu nível inicial, nele englobando não só os vencimentos, mas também todas as vantagens incorporadas ao longo dos anos de serviços prestados. Chegou ao ponto de, um servidor recém-ingresso com a idade mínima para exercer um cargo público, passou a receber a mesma quantia de um aposentado que tenha prestado pelo menos 35 anos de efetivos serviços.

A razão do espírito dessa citada lei, no nosso fraco entender, talvez seja a preservação unicamente orçamentária, que atualmente se convencionou chamar na tecnocracia dominante "razão de estado" ou "interesse de estado".

Esta emenda busca restaurar essa grande injustiça praticada ao arrepio do princípio constitucional, segundo o qual, "todos são iguais perante a lei". Ademais, é princípio fundamental do processo legislativo dos regimes democráticos, que a lei tem princípio geral, e por esta razão, ao ser instituído um preceito, deve ele buscar a aplicabilidade de caráter global nos casos como o presente.

É sabido que os inativos têm direito líquido, certo e indiscutível de buscar a preservação da sua própria liberdade de viver dignamente, pois ao ser aposentado, já vem sofrendo a paralisação dos avanços ou da conquista da sua elevação salarial, pelo fato de ter se aposentado num determinado nível do qual jamais sairá, até porque aceitou esta condição de perpetuidade do nível escolhido para gozá-lo na inatividade.

O projeto ora em discussão, fruto de mensagem governamental, fala da Lei Federal 6703, de 26/10/79, mas nem de longe adota os princípios por ela esposados, pois, se assim fosse, não teríamos necessidade de propor a mencionada emenda acima."

**"EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 06
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81**

ACRESCENTE—SE ONDE COUBER:

"Para efeito de atualização de pensões concedidas pelo IPE, aplicam-se os dispositivos contidos nesta lei".

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: PINTO DIAS, JOSÉ TAVARES, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, NESTOR BAPTISTA, WALDYR PUGLIESI, RENATO BUENO, NELTON FRIEDRICH, FIORI LUIZ, GILBERTO AGIBERT FILHO, TADEU LÚCIO MACHADO, LINEU TURRA, GERNOTE KIRINUS e DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Quase todos os inativos estão recebendo uma atualização de proventos próxima da realidade das elevações salariais para os funcionários públicos ativos, conforme se nota neste projeto de lei.

Entretanto, os pensionistas do IPE, não estão recebendo com justeza o mesmo princípio salarial, e por isso a presente emenda busca corrigir esta inadvertência para adequar proporção correspondente de tratamento com os demais contemplados".

**"EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 07
AO PROJETO DE LEI Nº 94/81**

A crescente-se ao Art. 8º, o seguinte parágrafo:

“Parágrafo Único — Os professores do antigo ensino médio serão transpostos ao atual Quadro do Magistério, na forma prevista pelo Art. 2º, da Lei 6892, de 20/09/77”.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: PINTO DIAS, GILBERTO AGIBERT FILHO, NESTOR BAPTISTA, JOSÉ TAVARES, RENATO BUENO, NELTON FRIEDRICH, FIORI LUIZ, WALDYR PUGLIESE, DARCY DEITOS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, TADEU LÚCIO MACHADO e GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez, os professores inativos foram esquecidos, em parte, pela lei que visa melhorar a situação dos aposentados, já que o projeto encaminhado por Mensagem Governamental, não contempla os professores que deixaram a atividade por implemento do tempo de serviço, impedindo os respectivos acessos aos vencimentos dos níveis correlatos da atual carreira do magistério.

Como se recorda, os professores do chamado ensino médio, não foram reclassificados pela Lei 7424, que tratou da Reclassificação dos Cargos do Poder Executivo, como ainda não haviam sido beneficiadas pela transformação ou transposição de níveis modificados pelo Estatuto do Magistério.

E, um dos pontos salientes dos diálogos mantidos com a área específica do Governo nas referidas épocas, era de que, quando fosse remetida a Mensagem à Assembléia, para tratar do problema dos inativos, essa categoria também seria contemplada com um tratamento equânime, vale dizer, haveriam de ser ajudadas as respectivas situações para que passassem a receber o valor correspondente ao nível em que cada um foi aposentado.

Entretanto, essa situação permanecerá a mesma, ou quase a mesma, já que o projeto trata dos proventos com revisão na base do nível inicial da estrutura de carreira vigente em 01 de janeiro de 1982.

Esta é a disciplina pretendida pelo Art. 2º, do Projeto 94/81. E, no Art. 5º, faz uma ligeira referência a respeito da melhor remuneração entre a decorrência dessa lei e a aplicação do Art. 15, da referida Lei 7424.

Ocorre que, o Art. 15 referido, tem o mesmo significado do Art. 2º, do projeto acima citado, isto é, a correspondência do valor de proventos ao nível básico inicial da estrutura de carreira, formando assim um emaranhado de preceitos legais, semelhantes a uma teia de aranha que visa exclusivamente impedir o melhor acesso de ganho aos inativos.

Nestas condições, a emenda proposta, é necessária até para dar cumprimento à Constituição da República, senão também para arrimar um cânone que possa adequar esta situação ao elevado princípio de justiça. O professor de ensino médio, além de não pertencer ao Estatuto da Classe, como era a situação anterior a esse diploma, ainda teve, no seu Art. 126, a revogação da situação anterior.

A transposição deveria ter sido feita através da Lei 6892/77, que modificou a carga horária de 10 para 22 horas semanais, sem alterar, entretanto, o princípio, o que, em última análise, quer dizer a mesma coisa. Antes da vigência do Estatuto do Magistério e dessa lei que tratou da transposição, os professores de ensino médio, trabalhando 10 horas semanais, na atual vigência estatutária, estariam trabalhando o correspondente às 22 horas previstas atualmente. Isto quer dizer que, ao se aposentarem, lecionavam o máximo de aulas permitidas.

Quando ainda na atividade, o máximo de aulas da carga normal mais extraordinária, não podiam ultrapassar de 36 hrs aulas, e pelo regime atual os dois padrões vigentes chegam a 44 horas semanais.

Mesmo com as mudanças introduzidas no sistema, o ma-

gistério vem sofrendo uma defasagem real dos seus vencimentos, que tem trazido sérias consequências para o próprio ensino do Estado.

Se o Governo alterou a sistemática de funcionamento, não foi por desejo dos servidores dessa categoria, e por isso, este não pode sofrer a restrição da lei, a qual esbarra no instituto do direito adquirido. Pelas mesmas razões, nenhum inativo pode se obrigar a aceitar estas transformações que estão lhe causando evidente prejuízo.

Se a intenção do Governo é respeitar esses princípios, então é essa a oportunidade para resgatar esta flagrante injustiça de que tem sido vítimas esses professores, que tão relevantes serviços prestaram e vem prestando ao ensino paranaense e a formação cultural do nosso povo.

Pedimos com todo respeito, que os Parlamentares desta Casa, abram mão dos interesses meramente partidário e viabilizem a aprovação da emenda proposta, a qual tem um único objetivo, que é ajustar esta anômala e inaceitável situação.”

“EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 08

AO PROJETO DE LEI Nº 94/81

ACRESCENTE-SE ONDE COUBER:

“Os efeitos dos enquadramentos previstos no Art. 11, da Lei 7099/79, são extensivos aos inativos”.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TADEU LÚCIO MACHADO, FIORI LUIZ, NELTON FRIEDRICH, RENATO BUENO, DARCY DEITOS, PINTO DIAS, JOSÉ TAVARES, NESTOR BAPTISTA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, GILBERTO AGIBERT FILHO e LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda tem como fundamento básico, explicitar o corrente tratamento para com os técnicos em educação e assistentes de educação, eis que já é a segunda Mensagem do Governo que posterga a legalização dos direitos dessas duas categorias que hoje constituem cargos isolados, e por isso trata-se de classe “sui generis” do Magistério.

As alegações verbais do eminente Secretário da Educação, não convencem que os dispositivos do anteprojeto corrigiriam esta justa pretensão já reconhecida pelo próprio Poder Judiciário, em pleito promovido pelas interessadas.

Com relação específicas às 11 técnicas em educação, segundo informações do Sr. Secretário da Educação, estas seriam contempladas com a equivalência salarial atribuída ao nível inicial da carreira do magistério de 2º Grau, qual seja PC 3, o que, em parte, diminuiria a distância hoje ocorrente.

Entretanto, há uma longa distância entre a norma legal e a interpretação isolada de uma Secretaria de Estado na aplicação dos dispositivos ainda em fase do processo legislativo.

Nestas condições, nenhum prejuízo trará à administração pública, a explicitação de tratamento desejado para solucionar o problema desses cargos isolados da carreira. Isto porque, se a interpretação oficial tem o mesmo sentido de corrigir a distorção, não é demais legislar para que dúvidas futuras não venham criar novos pleitos judiciais, com desgaste tanto para a administração pública quanto para esta categoria de funcionários.

Convém ainda salientar que a Mensagem Governamental estabelece que o parâmetro adotado neste reajuste dos inativos é o aposentado, ao passo que a Lei Federal adota como parâmetro a classe, conforme interpretação da Lei 6703, de 26/10/79, que trata da extensão de vantagens financeiras decorrentes do Plano de Classificação dos Cargos dos Servidores Federais. Por aí se nota que a interpretação do Governo do Estado não é a mesma do Governo Federal, e por esta razão a correlação de efeitos se torna também divergente.

Quando do envio da Mensagem de reclassificação dos cargos, as alegações dadas às professoras inativas eram de que também seriam contempladas, mas não o foram, apesar das gestões feitas em várias oportunidades.

Estas são as razões de apresentarmos a presente emenda.

LEI N.º 7099/de 08.01.79

Art. 11. — Ficam enquadrados no Grupo Ocupacional MPE-200, Série de Classe "E", nos termos dos Anexos IB e IIB, da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, no Código 202, os atuais 72 (setenta e dois) ocupantes do cargo de Orientador Educacional e no código 205, os atuais 07 (sete) ocupantes do cargo de técnicos de Educação e os atuais 09 (nove) ocupantes do cargo de Assistente de Educação.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 09

AO PROJETO DE LEI N.º 94/81

INCLUA-SE ONDE COUBER:

"Art. — Os funcionários pertencentes à parte permanente do Quadro Geral, possuidores do Curso previsto pela Lei 4210, de 27 de abril de 1960, serão automaticamente enquadrados na categoria de Técnicos de Assuntos Culturais, padrão "H", referência respectiva de que trata a Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Parágrafo único — Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação do disposto neste artigo, serão devidos na forma do artigo 26 da Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) FUAD NACLI

Apoiamto: JOSÉ TAVARES, FRANCISCO ESCORSIN e TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente emenda atender os formados em fonoaudiologia, enquadrando-os como Técnicos de Assuntos Culturais, os quais continuarão a atender pessoas com defeito de audição, sendo por isso indispensáveis no contexto da área Biomédica. Os beneficiários que são em número de três, foram por um lapso excluídos do Plano de Classificação, devendo o enquadramento dos mesmos, constituir uma medida de salutar e reparadora justiça.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 10

AO PROJETO DE LEI N.º 94/81

SUBSTITUA-SE A REDAÇÃO DO ART. 2.º pela seguinte

"Art. 2.º — O funcionário aposentado terá seus proventos revistos com base no vencimento correspondente ao do cargo que exerceria se estivesse em atividade".

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora propomos, visa reconhecer o trabalho desenvolvido pelos aposentados que, indiscutivelmente, muito contribuíram para o progresso do nosso Estado".

Em discussão projeto e emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero informar ao Vice-Líder do Governo, Deputado Ailton Cordeiro, que a Oposição tem contribuído, quem sabe por forças superiores às suas posses, para o aperfei-

çoamento não só do processo legislativo, mas também da administração do Estado do Paraná.

Recorda o eminente Deputado que, quando do projeto de reclassificação do Poder Executivo, a Oposição, o PMDB, ofereceu um estudo completo, aproveitando para não fugir inclusive da ótica do Governo, e muitos preceitos hoje, inseridos na lei vigente, foram contribuições oferecidas pela nossa Bancada.

E quero lembrar mais: durante o processo legislativo que instituiu, no ano passado, o piso de dois salários-mínimos regionais vigentes para professoras normalistas, com o acréscimo da regência de classe, foi uma contribuição da Bancada da Oposição.

E recordo a Vossa Excelência ainda, que no dia da votação, solicitamos a suspensão dos trabalhos, e Sua Excelência o Governador estava ausente do Paraná, e ficou a matéria para discussão e votação no dia seguinte, e foi então quando nós fizemos, conjuntamente, uma emenda para se somar, além dos dois salários-mínimos, a regência de classe.

Há de se recordar o eminente Deputado Ailton Cordeiro.

E apenas para ficar figurando, também, nos Anais desta Casa, só hoje estamos propondo quatro emendas, visando a colaboração no aperfeiçoamento do projeto relativo aos inativos.

E dizia recentemente desta tribuna, que esta primeira proposição, que tenta modificar o artigo segundo, e para cujo objetivo solicitamos a compreensão e também as razões pelas quais estamos alinhando esta modificação que pretendemos a colaboração do PDS para introduzir ao projeto.

É uma posição clara, justa, indiscutível, de assegurar o direito já adquirido pelos inativos, nos vários anos de prestação de serviços que fizeram ao Estado do Paraná.

É apenas um pequeno corretivo no artigo segundo e também uma outra proposição, visando aperfeiçoar e modificar, melhorar o valor da pensão daqueles pensionistas do IPE; um outro projeto: caso o primeiro não triunfe, temos mais uma alternativa, que será específica para os professores do ensino médio.

Acreditamos que as gestões chegaram também ao colégio de vice-líderes e da Liderança do próprio Governo, porque, inclusive, encaminhamos ao Governo uma cópia dessa emenda e até a área da Recursos Humanos e da área econômica do Governo.

E o quarto é referente àquelas onze professoras inativas que já ganharam Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça, impetrado pelo causídico da classe. E que está em grau de recurso na esfera superior, no Tribunal Federal de Recursos.

Quanto à argumentação na C.C.J., e na defesa da modificação do projeto, neste plenário, alertávamos para a possibilidade dessas professoras ingressarem na Justiça e terem vitória num mandado de segurança.

Lamentavelmente não fomos ouvidos, porque, quem sabe, voz da Oposição não tem ressonância nem acolhida por parte do Governo. E está aí hoje, o Governo, a amargar o desgosto de ter que pagar, inclusive as custas judiciais do processo do Mandado impetrado por essas professoras.

Sr. Presidente, já se encontra na Mesa o projeto relativo à alteração do artigo segundo do projeto do Governo. E só quero aduzir que esta emenda busca restaurar essa grande injustiça praticada ao arrepio do princípio constitucional, segundo o qual todos são iguais perante a lei.

É princípio fundamental no processo legislativo dos regimes democráticos, que a Lei tem princípio geral. E por essa razão, ao ser instituído um preceito, deve ele buscar aplicabilidade de caráter global, nos casos, como este que estamos aqui a discutir.

É sabido também que os inativos têm direito líquido, certo e indiscutível, de buscar a preservação de sua própria liber-

dade de viver dignamente. Pois, ao ser aposentado, já vem sofrendo a paralisação dos avanços ou de conquistas de sua elevação salarial, pelo fato de ter se aposentado num determinado nível do qual jamais sairá, até porque aceitou esta condição de perpetuidade do nível escolhido para gozá-lo na aposentadoria.

Este projeto teve como fundamento, através da Mensagem do Governo, a justificativa embasada na Lei 6703, de 26 de outubro de 1979.

Esta data, indiscutivelmente, lamentável, e que tenho guardada na memória exatamente por isso.

Mas, o princípio que se fundamenta a instituição dessa legislação e que inspirou o Governo Federal, foi exatamente de trazer ao inativo, de nível federal, a transposição e a transformação dos cargos que ocupavam, quando na atividade, para gozá-lo durante o período de aposentadoria.

Mas o Governo do Estado, ao alinhar as suas justificativas, busca recursos nas próprias alegações do Governo Federal. Só que, ao contemplar o servidor do Estado, ele limita os princípios alegados, para impedir que o aposentado pudesse ser transportado, na aposentadoria, para aquele cargo correspondente de quando estava ainda prestando serviços efetivos.

Por esta razão, Sr. Presidente, parece desnecessária a colocação. Porque, pelo que se nota, todos já estão sabendo dos objetivos do projeto, tanto que não há, pelo menos, aparente, interesse de saber quais as razões que nos inspiraram as Oposições a propô-lo à discussão.

O segundo, Sr. Presidente, trata-se de pensões relativas àquelas concessões feitas pelo IPE. Todos os inativos estão recebendo sua atualização de proventos, próxima da realidade de elevação dos salários-mínimos para os funcionários da ativa.

Entretanto, Sr. Presidente, esses pensionistas não estão recebendo com justeza o mesmo princípio atuarial, e por isso este projeto busca corrigir uma flagrante distorção e injustiça para contemplar sobretudo, esses pensionistas. Esta é a forma e o espírito do projeto relativo à pensão.

Eventualmente, Sr. Presidente, como forma alternativa caso a douta bancada do PDS entenda de forma diferente com relação a esta primeira emenda que tem um caráter geral, que tem o intuito de reformular toda a situação de todos os aposentados, estamos procurando, dentro dessa negativa, algumas especificações caso aquela seja rejeitada.

Por esta razão, Sr. Presidente, um dos pontos salientes do movimento do Magistério no Paraná, é que os professores aposentados não estão sendo contemplados adequadamente, com o projeto enviado pelo Governo; já pela Lei de Classificação, eles ficaram fora desta classificação, esses professores inativos e, por ocasião da implantação do Estatuto do Magistério, também não ficaram figurando no texto daquele diploma.

O que se procura fazer com este projeto de lei, Sr. Presidente, com esta emenda ao projeto de lei, caso aquele primeiro, de caráter geral, não tenha sucesso, é que esses professores de ensino médio do atual quadro do magistério possam ser contemplados pela Lei 6892, que regulamentou o Estatuto do Magistério, e que, com esta emenda, procura fazer o seu enquadramento, com a transposição para os níveis que foram transformados no regime atual; isto equivale dizer que, uma professora do ensino médio, que na época estava exercendo as suas funções no nível 19, passaria então por este projeto, a pertencer, nas carreira atual, ao PP2, que é o último nível da carreira de normalista; com relação às de níveis 20 a 24, estão hoje pelo projeto do Governo, todas englobadas num único nível, o nível inicial da atual carreira de curso superior que equivale dizer, o chamado PC3.

Todas estão englobadas, todos os professores estão hoje, pelo projeto proposto dos inativos, englobados no PC3, que é o nível inicial de carreira.

Esta proposição busca preservar o estado anterior ao Estatuto, que é permitir que cada um desses professores se enquadre no regime atual, de acordo com os avanços conquistados durante o tempo que permaneceu em exercício. Este é o espírito deste projeto.

E a terceira e a quarta proposições então se referem, Sr. Presidente, àquelas onze professoras das quais falamos e que tiveram sucesso no pleito judicial. As razões que nos levaram a examinar a proposição desta emenda das professoras, tem uma estreita ligação com o movimento, a mobilização, a greve do Magistério, no Estado do Paraná.

Sabe-se que um dos pontos de discussão entre o Governo e o Magistério, está implícito o problema dos professores aposentados e esta medida poderá trazer para este movimento, quem sabe, a boa vontade do Governo, não só a solução deste problema, como também a desmobilização de todo o Magistério.

Se o Governo entender de acolher este projeto, quero crer que uma grande aresta existente hoje para o acerto do Governo com a classe, poderá estar sendo a sua causa, e esses professores hoje, não na inatividade mas na aposentadoria, foram esquecidos em parte pela lei que visa melhorar a situação dos aposentados, já que o projeto encaminhado em Mensagem Governamental não contempla os professores que deixaram a atividade por implemento de tempo de serviço, impedindo os respectivos acessos aos vencimentos de níveis correlatos da atual carreira do Magistério.

Por esta razão, é que queremos nos contrapor aos argumentos alinhavados pelo Governo, em sua Mensagem.

Disse o Governo que buscou na propositura do projeto, com relação a esses aposentados, o embasamento na Lei 6703, do Governo Federal.

Entretanto, aquela lei teve como princípio fundamental, preservar o direito adquirido durante o tempo de atividade, o que não faz o projeto de lei do Governo que está em discussão, e como se recorda, os professores do chamado ensino médio não foram classificados pela Lei 7424, que tratou da classificação de cargos do Poder Executivo, como ainda não haviam sido também beneficiados pela transformação ou pela transposição de níveis, modificados pelo Estatuto do Magistério.

Um dos pontos salientes dos diálogos mantidos com a área específica do Governo nas referidas épicas da instituição desta lei, era de que, quando fosse remetida a Mensagem à Assembleia, tratar dos problemas dos inativos. Essa categoria de servidores seria também contemplada por um tratamento equânime e haveriam de ser reajustadas as respectivas situações para que passassem a receber um valor correspondente ao nível em que cada um foi aposentado.

Entretanto, Sr. Presidente, essa situação permanece a mesma e haverá de permanecer a mesma, se esta emenda não for aprovada.

Se o projeto for aprovado pela maioria, na forma da propositura governamental, esses professores terão sido jogados todos, englobadamente no nível inicial de carreira, cada um na proporção de seu grau de estudos que exercia o Magistério.

Esta é uma disciplina pretendida pelo artigo segundo do Projeto do Governo, e o Artigo quinto faz uma ligeira referência a respeito da melhor remuneração entre a decorrência da lei, desta lei que estamos votando e aplicação do artigo quinze da Lei de Classificação.

Tanto o instituto quanto o outro, Sr. Presidente, procura dar para todos os servidores o mesmo nível de vencimentos, um mesmo nível de tratamento, todos englobados no nível inicial de carreira.

Por esta razão, tenho que discordar do Secretário das Finanças, que durante a sua presença na Comissão de Instrução Pública, afirmou que a filosofia do projeto era de trazer uma melhor remuneração para os inativos.

Entre filosofia e fato, Sr. Presidente, há uma grande diferença, uma grande distância, que é a própria realidade. O Art. 15 de que estamos falando, tem o mesmo significado de que o atual Art. 2.º, do projeto em discussão. Isto é, a correspondência de valor de provento ao nível básico inicial de estrutura de carreira, formando assim, um emaranhado de preceitos legais, semelhantes a uma teia de aranha, que visa exclusivamente impedir o melhor acesso de ganhos aos inativos.

Nestas condições, a emenda que estamos propondo a nível de bancada, é necessária até para dar cumprimento à Constituição da República. Senão também para arrimar, um cânone que possa adequar esta situação ao elevado espírito de justiça. O professor do ensino médio, além de não pertencer ao Estatuto da classe, como era a situação anterior a esse diploma, ainda teve em seu artigo 126 a revogação daquela sua situação anterior.

Veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Estatuto do Magistério ao invés de contemplar as professoras e professores aposentados, tratou de marginalizá-los, de afastá-los, de impedir o acesso de carreira já conquistada para ter melhores níveis de vencimento. Por esta razão, Sr. Presidente, é necessário e urgente, que se faça uma modificação no texto deste Art. 2.º que estamos propondo. E, a transposição deveria ter sido feita através da regulamentação do próprio Estatuto do Magistério, a Lei 6892/77, de abril de 77, que modificou a carga horária de 10 para 22 horas semanais sem alterar, entretanto, o princípio, o que em última análise, quer dizer a mesma coisa, antes da vigência do Estatuto do Magistério e dessa lei que tratou da transposição dos cargos, os professores do ensino médio trabalhavam apenas 10 horas semanais. Na atual vigência estatutária, estariam trabalhando correspondentemente a 22 horas previstas atualmente no Estatuto.

De forma que o que mudou, Sr. Presidente, foi a sistemática de funcionamento apenas, não o problema de carga horária. Porque naquela vigência, na vigência anterior ao Estatuto, a carga horária obrigatória era de 10 horas semanais. Isto quer dizer, ao serem aposentados, lecionavam também, o máximo de horas permitidas que na época em alguns setores do magistério o máximo era de 36, em outros de 33 - o que hoje corresponde todos a 44 horas semanais. E na época eram chamadas de aulas extraordinárias.

Quando ainda na atividade, o máximo de aula era então de 36 e hoje correspondentemente a 44. Mesmo com as mudanças introduzidas no sistema, o magistério vem sofrendo uma defasagem real de seus vencimentos, que tem trazido sérias consequências para o próprio ensino do Estado e do País. Se o Governo alterou a sistemática do funcionamento, não foi por desejo dos servidores desta categoria. Foi uma questão de filosofia que o Governo imprimiu nas suas manias de modificações. E por isso mesmo este não pode sofrer a restrição da lei que esbarra no Instituto do Direito adquirido. Por estas razões, nenhum inativo pode ser obrigado a aceitar as transformações que estão lhe causando evidente e inegável prejuízo. Se a intenção do Governo era respeitar esse princípio, então esta oportunidade é a mais digna e justa, para se fazer um reparo e praticar a justiça. Se o Governo do Estado, que tanto propala que tem um grande interesse e uma das suas metas fundamentais é visar o aperfeiçoamento das instituições, para melhor atender ao homem, à pessoa humana, não temos como entender de forma diversa, Sr. Presidente.

Os meus companheiros de partido, os homens que lhe dão sustentação política nesta Casa, haverão de entender que o Governo estará se resgatando perante esse magistério esquecido. Professoras estas que ministraram as primeiras lições a muitos dos homens que hoje sustentem as Secretarias do próprio Governo, vigente.

Pedimos, com todo o respeito, que os Parlamentares

desta Casa abram mão dos interesses meramente partidários de alinhamento político e viabilizem a aprovação desta emenda proposta, que tem como único objetivo, ajustar esta anômala situação, tão reclamada por todo o magistério. E como nós dissemos, Sr. Presidente, faz parte de uma das reivindicações da categoria que está quase totalmente paralisada no Estado do Paraná.

Chega às minhas mãos, um documento subscrito por uma gama enorme de professores: "os abaixo assinados, professores pertencentes ao quadro próprio do magistério, do Município de Medianeira, com habilitação de Licenciatura Plena, ainda enquadrados no nível PC-3, vêm, através do presente, solicitar a elevação automática, para o PE-5, conforme a Lei 5692/71, bem como do Estatuto do Magistério, no capítulo 2.º, do Plano de Classificação, Artigo 10, parágrafos de 1 a 5.

E segue-se o grande rol de assinaturas de professores.

E também os professores de Licenciatura Plena, do Município de Medianeira, região oeste do Paraná, ainda enquadrados no nível PA-1, vêm, através do presente, solicitar elevação automática para o PE-5, conforme a Lei n.º 5692/71, bem como o Estatuto do Magistério, em seu capítulo 2, do Plano de Classificação, artigo 10, parágrafo 1 a 5."

São duas situações declaradamente desajustadas. Professoras do nível ainda PA-1, que corresponde à normalista, ali enquadradas, mas, que têm Licenciatura Plena.

Entretanto, Sr. Presidente, no projeto em discussão, as proposições que a Bancada do PMDB pretendia e o fez através desta propositura, é uma contribuição para que o Governo atenda parte considerável do magistério.

Por esta razão, deixamos aqui estas considerações e pedimos aos eminentes Deputados que ao discutirem e ao votarem esta matéria, levem em consideração essas emendas propostas e deixo também um apelo ao eminente Deputado Cyro Martins e outros Deputados que têm uma propositura correspondente às modificações de carga horária para que observem a sequência dessas emendas, já levadas à consideração, para que possam discuti-la e sobretudo a Emenda n.º 1, de autoria das oposições, que Vossa Excelência é consignatário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 94/81.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na discussão deste projeto que atinge exatamente professoras que por longos anos deram muito de si, de sua vida física e mental, das suas reservas emocionais à formação de levas e levas de jovens, nós não podemos dissociar, Sr. Presidente, este projeto e a própria luta dos atuais professores ainda na ativa e que, portanto, deslumbram até com certa nebulosidade o horizonte para exatamente não encontrarem no futuro a situação que hoje se encontram os inativos, os professores aposentados e que sentem no seu dia-a-dia, dificuldades de sobrevivência.

Tanto deram para efetivamente, tão pouco receber. E como não podemos dissociar, queremos desenvolver o nosso raciocínio, no conjunto das reivindicações e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa, aqui hoje, nós ouvimos muitas coisas, inclusive de que não devemos acirrar os ânimos existentes.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que nós também assim entendemos, mas, algumas indagações são necessárias porque atingem os professores em atividade e os professores inativos. Quem efetivamente acirrou as contradições de dignidade de vida. Que causas animaram para que nós estivés-

semos no trauma social que também se disse nesta Casa, hoje.

Vamos refletir, Sr. Presidente.

Quem acirrou e quais causas acirraram os ânimos, gerando esta situação de extrema tensão social que vive aqui o Paraná, no plenário da Casa, pelos inativos presentes, mas, acima de tudo, pelos inativos que também estão lá no Movimento Educação e Justiça II.

E veja, Sr. Presidente. Srs. Deputados, que nós temos uma visão muito clara também do poder associativista das classes e das categorias.

E esta Casa que se empenhou, através de Deputados de diversos Partidos, fez não um documento, mas uma mera proposta juntamente com os membros da Comissão Partidária. Mas, a soberania está na Assembléia Geral e ela não aceitou, e os ativos e inativos continuam encampando esta luta, pretendendo resultados ainda mais satisfatórios à sua situação.

E me chama aqui especialmente a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando, com a devida vênia, se quer fazer uma diferenciação, entre o atual Governo, dizendo que este não tem culpa, pela situação do professorado, quer inativo, quer ativo.

Mas, me lembro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um dos líderes desta Associação dos Professores do Paraná dizia na reunião que tivemos na Comissão de Instrução Pública, que 22 vezes levaram reivindicações da classe ao Governo, nos últimos tempos; que, por 11 vezes, mantiveram contatos com o atual Governo do Estado, e que 70 por cento das reivindicações dessas 11 vezes propostas, se fossem atendidas, não teríamos o movimento, não teríamos os ânimos acirrados, Sr. Presidente.

Mas, dizia mais um líder desse movimento, que, quando o atual Governo - e aí não podemos separar - era Ministro da Educação e Cultura, já se levavam as reivindicações; se à época, não as atendeu, agora demora a atendê-las.

E digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos uma posição clara, porque entendemos que o dedo do atual Governo esteve sempre presente nos últimos anos de nomeação de Governador do Estado do Paraná.

E fizemos aqui um parênteses para ressaltar aquele, que mudou, e mudou para o melhor e foi para a Oposição. Fecho o parênteses e continuo, Sr. Presidente.

Não separamos, portanto, e não podemos fazê-lo, porque a pretensão, a proposta, a técnica, os propósitos, são os mesmos.

E a culpa pertence àquele, principalmente, que é o grande líder desta trajetória da história recente do Paraná.

Portanto, tem, sim, culpa, o atual Governo, porque esteve presente ontem, e está presente hoje; ontem, nomeando e participando dos grupos fechados de decisão. Mas, também, ontem, na ativa, Sr. Presidente, como Ministro da Educação e Cultura deste País.

E por esta e outras razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não aceitamos que o atual mandatário venha pautar, ou pretender ter o direito de pautar as nossas ações ou reações, pelo que ele possa pensar, agir ou imaginar. Há uma diferença muito grande, Sr. Presidente.

E além do mais, faço aqui e pretendo ser rápido e não polêmico, uma colocação que me parece pertinente.

Sinto, Sr. Presidente, o que é um Deputado passar algumas horas, como ontem alguns Deputados passaram, até 5, 5 e meia da manhã, 3, 4 graus de frio, numa reunião, numa manifestação, numa paralisação.

E por isso que sei quando é que pode um Deputado, um homem público, uma dona de casa, ou um pai, ter um tipo de reação. Pode até ser emotiva, pode ser até agressiva. Mas, quem lá não esteve, não pode medir essa reação, esse comportamento. Porque, enquanto permanecia no calor da cobertura, no aconchego do lar, outros estavam lá, pegando a palpitação popular. E não é difícil segurar os ânimos. Não é difícil segurar

a emocionalidade, quando se vê o absurdo, como se viu, principalmente, a certa altura da noite, entre meia-noite, meia-noite e meia, quando, na verdade se procurou - se não houvesse a pronta reação, inclusive com a presença de Parlamentares, se procurou intimidar e procurou-se, na verdade, desfazer o agrupamento que lá estava resistindo.

Não vamos, portanto, medir a reação, a emoção de um Deputado de Oposição, quando estamos no aconchego do lar, quentes, dormindo, descansando e outros estão lá procurando dar, ao menos, a solidariedade humana.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta questão dos inativos e dos professores, porque não posso desligá-la, está intimamente ligada a um projeto que aprovamos há pouco, exatamente a transformação do abono ao funcionalismo em aumento salarial, da categoria.

Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e tem o Paraná o direito de fazer esta indagação e ao menos deixá-la ao ar: teria o Governo do Estado do Paraná transformando o abono em aumento se não tivesse havido esse movimento dos inativos e dos professores?

E se a memória é curta, Sr. Presidente, quantos pronunciamentos ouvimos, desta tribuna, de homens da Oposição, com destaque especial o Deputado Fidelelino Tolentino que, da nossa Bancada, tem se dedicado à questão. Insistindo nessa transformação, nessa problemática de melhoria das condições genericamente, particularmente do professor?

E o que tínhamos das vozes das Lideranças do Governo? É que o Paraná não tinha condições, ainda ouvíamos isso, no mês de junho, de julho, de agosto e até em começo de setembro. E qual passe de mágica, a ausência de condições, de recursos, de sustentação econômico-financeira, em fim de setembro, a primavera traz a transformação do abono do aumento salarial.

Na verdade, portanto, o Governo havia se negado a conceder o aumento ao funcionalismo, apenas concedendo abono sob a alegação máxima de falta de recursos.

Agora, volta atrás e concede aumento a partir de outubro. Esse aumento, registre-se, não acompanha o índice inflacionário que chegou a mais de três dígitos.

Mas, presume-se que tenha cedido por receio do desencadeamento de uma greve do professorado.

O que concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que aí está a prova da vulnerabilidade do Governo do Estado do Paraná. A vulnerabilidade, porque, de repente, diz aos quatro ventos que não tem condições, e em menos de 60 dias, passa a ter! O que é que está acontecendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Em termos administrativos até, com o Estado do Paraná?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um primeiro tempo de jogo em que se fala em contenção, e já no segundo tempo do mesmo jogo, criam-se condições e faz-se a concessão. Na verdade nós passamos a nos indagar: o que aconteceu? Onde que administrativamente e de onde econômica e financeiramente surgiram portanto, essas alterações do primeiro para o segundo tempo do mesmo jogo? Em poucos dias!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós fazemos essas argumentações é porque acaba, o Governo, de dar uma prova, um indício, um caminho, um indicativo para que inclusive os professores continuem, para que os próprios inativos persistam, porque, se em 60 dias era impossível, agora o é, é possível. Ou nós estamos diante de um caos administrativo, Sr. Presidente?

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte.

Em primeiro lugar desejo dizer, nobre Deputado Nelson Friedrich, que, depende, logicamente do enfoque que se faz da situação. Se Vossa Excelência perguntar aos Parlamentares do PDS se eles são favoráveis a um aumento desde julho, Depu-

tado, quando se estabeleceu através de uma possibilidade de orçamento que se daria um abono provisório aos funcionários públicos do Paraná, vários Deputados do PDS juntamente com vários Secretários da área econômica do Governo tiveram longas e penosas reuniões para que esse abono fosse já, a partir de agosto. Acontece, Deputado, que, certas situações mostram-se bastante paradoxais, bastante contraditórias, no entendimento de Vossas Excelências, porque Vossas Excelências muitas vezes torcem para o pior, Vossas Excelências distorcem os fatos e as situações, e ontem: mesmo Vossa Excelência hoje da tribuna dá uma ratificação do que foi ontem, aqui na Assembléia, havia uma torcida para que a Polícia Militar do Paraná cometesse uma violência contra os professores, isto, nós ouvimos nos discursos inflamados dos homens da Oposição...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Nós conhecemos o Governo de Vossa Excelência e temos o direito para isto!

O Sr. Gabriel Sampaio — Mas graças a Deus, a nossa polícia Militar, como todas as polícias do mundo, moderno e civilizado, foram às ruas, para garantir a ordem, como em todas as democracias do mundo, e não levantaram a mão contra ninguém, lá ficaram os professores, no seu legítimo direito de protestar. Passaram a noite lá. E Vossa Excelência não venha com demagogia barata dizendo de que os outros estavam acomodados nas suas residências com os seus mantos e cobertores ou ares condicionados. Não admito isto, Deputado, porque eu já participei de dezenas de movimentos dessa natureza. Lá, estavam professores que lá quiseram estar, uma centena ou duas deles, protestando, com idealismo, contra aquilo que eles acreditam. Admiro e respeito a posição dos professores; agora, não venha um Deputado, fazer média e demagogia através da tribuna! Vossas Excelências torceram, ontem, para que alguma coisa ocorresse. Não havia cães, não havia armas, Deputado, eu lá estive ontem à noite, pedi licença, entrei, conversei, falei, e saí. Ninguém me disse nada. E ninguém me conhecia também, Deputado. Vossa Excelência poderá dizer que eu era homem do Governo. Já discordei do Governo, dezenas de vezes. Portanto, Deputado, realmente fazer Oposição é muito confortável, porque o ideal nós conhecemos, Deputado.

Nós sabemos que o professor ganha pouco. Agora nós queremos o testemunho do professor consciente. Quantas conquistas foram feitas com greve ou sem greve. Vossa Excelência não pode acusar o Governo de que apenas depois do movimento dos professores é que transformou o abono em aumento.

Porque, Deputado, Vossa Excelência também torcia para que isso não ocorresse. O Governo viu que tinha condições e transformou o abono em aumento, mais uma vantagem para os professores do Paraná e para toda a classe dos funcionários públicos do Paraná.

Deputado Nelson Friedrich, respeito profundamente Vossa Excelência como líder, como Deputado e como Parlamentar, mas peço a Vossa Excelência que essas figuras tão surradas de demagogia vã, sejam evitadas para que possamos ter realmente um debate de alto nível neste plenário.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vimos que os discursos dos Deputados do PDS são o escapismo. Naturalmente ele não percebeu ontem que nós, quando adentramos neste plenário, solicitamos de imediato da Mesa, uma interferência no sentido de que não houvesse qualquer, não degenerasse em violência a presença policial, inclusive pedimos que houvesse uma intervenção, uma interferência, no sentido de que se evitasse o bloqueio que se fez do

prédio da Assembléia Legislativa, porque muitos funcionários aqui não puderam chegar e eu cheguei com dificuldade.

Outros Deputados tiveram que deixar os seus carros distantes do prédio da Assembléia. Não é verdade: isso que se disse aí de que houve discursos inflamados para incentivar uma violência policial, isso é destituído de todo e qualquer fundamento e até é repugnante. É uma invencionice de quem não tem o que dizer. Vossa Excelência, Deputado Nelson, eu deixo aqui o meu protesto contra essa afirmativa leviana e descabida do Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e quero prosseguir.

O Sr. Erondy Silvério — Eu não vou fazer discurso paralelo, e gostaria de um aparte, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de dizer ao ilustre Vice-Líder do PDS, Deputado Gabriel Sampaio de que tive a impressão e até peço desculpas se entendi mal, porque de repente temos mais um censor neste Estado, nesta sala, neste País, e está efetivamente querendo censurar até as nossas interpretações, e entrando na intimidade do nosso pensamento, como se nós fôssemos incendiários deste País, como se incendiário não fosse o regime que está aí e seu regime econômico, como se incendiário deste País não fosse um projeto que permite aposentadorias escandalosas, como se não fosse, Sr. Presidente, incendiário, efetivamente doar Cr\$ 6.000.000,00 agora, num momento como este?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Torcer para a violência? Quem é que criou a violência neste País? Quem criou? A Oposição foi vítima da violência, tem as cicatrizes dela na sua história, foi banida, rompeu-se o processo democrático em nome do quê? E criou-se tanta violência como nunca se teve conhecimento na história deste País.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Apenas eu peço à Mesa que assegure logo em seguida a palavra, para discutir a matéria, mas que também a Mesa não me censure se eu não me ater à matéria propriamente dita, porque a Mesa está tolerando um desvio na apreciação da matéria.

Eu o farei da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa garantirá a sua inscrição.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, faço apenas uma observação, que não podemos desligar a questão do inativo e do ativo que movimenta um só. Que quem ensejou a alteração do meu raciocínio foi o aparte do Vice-Líder da maioria, Deputado Gabriel Sampaio. E quero até pedir desculpa Deputado Gabriel Sampaio, se efetivamente ele não estava na sua casa ontem e tem todo o direito, de se aquecer no conforto do lar. Mas, é que eu não o vi e fiquei junto aos professores até às 5:00 horas da manhã e não o vi lá.

Perdoe-me, pode haver ocorrido um erro de minha parte.

O Sr. Gabriel Sampaio — É que há muita gente lá, Deputado. Vossa Excelência está pensando que há meia dúzia de professores só, não é só meia dúzia, há centenas lá.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E eu agradeço, porque Vossa Excelência me lembrou uma coisa que eu estava esquecendo. O movimento organizadamente, determinou que cada Região do Estado ficasse de plantão um dia e uma noite. Portanto, se lá estão alguns professores ou meia-dúzia, é porque eles representam milhares de professores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e começo pelas cidades inclusive da minha Região, que

fui saber ontem que estavam aí, onde de cada cidade no máximo há até três representantes. Mas, que só vieram para esta Assembléia Geral do Tarumã, depois de discutir lá no seu município. E o que eles discutiram e decidiram lá, trouxeram para decisão aqui na Assembléia Geral.

Mas quero retornar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque, em absoluto, falar em demagogia barata, quando se pretende exatamente evitar o pior. Olha, é até sem comentário esse tipo de argumento porque, totalmente inconcebível numa hora dessas.

Continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que o que me preocupa, e nós da Oposição temos um fardo pesadíssimo, o que me preocupa com muita sinceridade, é de que nós estamos criando uma situação muito difícil em termos de magistério no Estado do Paraná. Por que, Sr. Presidente?

Se a briga, se a luta, se a reivindicação dos inativos e dos ativos, exatamente é para melhorar, e há algumas melhorias propostas, mas a categoria é independente e ela sabe e deve decidir e ter soberania se continua ou não. Mas o que nos chama a atenção, como dizíamos, é de que conforme levantamento feito pela categoria, dois mil professores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos e recentes anos saíram do Estado do Paraná só para o Mato Grosso do Sul, só nos últimos e recentes anos, Sr. Presidente. É isto que nos chama a atenção terrivelmente com a responsabilidade que temos, porque vamos assumir o Governo deste Estado. Com a responsabilidade que temos, como paranaenses.

Ora, Sr. Presidente, dois mil professores é o levantamento oficial que abandonaram o magistério no Estado do Paraná, para assumir o mesmo cargo no Mato Grosso do Sul, e mais duzentos estão com pedidos de transferência em andamento. E, quantos professores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que abandonaram a sala de aula para vender adubo, inseticida, defensivos e outros produtos agrotóxicos. Quantos fizeram concurso em bancos abandonando a sua atividade.

E é por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós entendemos com muita clareza. Se no projeto de antes quando falávamos do aumento que agora se impôs, porque antes era um abono, é que nós entendemos, que se houve essa transferência, na verdade, foi em razão da pressão que as categorias praticaram no Estado do Paraná.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Indaguei de Vossa Excelência se queria ouvir a minha modesta contribuição, exatamente porque a oportunidade para esta situação colocada por Vossa Excelência. É que os juízes do Norte do Paraná e do Oeste do Paraná, independentemente, estão num movimento paragrevista, nós poderíamos dizer. Porque houve inclusive a lavra de dois documentos — o de Londrina e o de Cascavel, os quais viemos a esta tribuna para deixar gravado nos Anais desta Casa e pedir ao Governo do Estado, que atenda o apelo que o Tribunal de Justiça, através do seu colegiado diretivo, atenda a classe, para a classificação de cargos do Poder Judiciário. E um dado importante nisso, Deputado Nelson, é que o projeto proposto pelo Poder Judiciário foi bater às portas do Palácio, por duas vezes e até agora, em três meses não saíra, de lá do Palácio Iguaçu ainda, da área de estudos econômicos, do Governo.

E mais, Deputado Nelson, já fomos a essa tribuna dizer ao Presidente do Tribunal de Justiça, que não tem porquê estar batendo às portas do Palácio, para se curvar, para se agachar ao Poder Executivo, para mandar a este Poder Legislativo, a deliberação da matéria que é de sua inteira e constitucional competência.

Ademais, Deputado, quero me recordar e até fazer justiça com o Deputado Gabriel Sampaio, na época da proposição e dos exames da matéria, relativa ao abono, as proposições feitas

pelo PMDB apresentadas a Sua Excelência, algumas delas foram acolhidas na Comissão de Constituição e Justiça. Mas por divergência e eu me permito a liberdade de dizer, aqui, Deputado Gabriel Sampaio, Vossa Excelência as acolheu, por entender justas, mas a maioria do partido de Vossa Excelência, fez pressão, para que fosse dialogado com área econômica, em razão disso, viemos à tribuna para pedir a transformação do abono em aumento de vencimentos para melhorar os proventos, para melhorar as vantagens dos funcionários públicos deste Estado.

Aí estão os Anais desta Casa. Graças a isso, às gestões reiteradas e incessantes da Oposição, o Governo mudou a estratégia de atendimento. E realmente, Deputado, se nós fôssemos levar em conta a outra parte dos professores, Vossa Excelência veja aqui mesmo nesta Assembléia, no ano passado, nós votamos e eu disse dessa tribuna recentemente, que o professor de curso normalista tem direito e foi o ajuste, de ganhar dois salários mínimos, desde o mês de maio, até agora, mês de outubro, os professores normalistas do Estado do Paraná estão perdendo Cr\$ 5.352,00 por mês, só de vencimento. Fora as vantagens. Isto corresponde a dizer que em torno de Cr\$... 50.000.000,00 por mês, o professor está emprestando ao Governo do Estado, para fazer as suas obras no Estado do Paraná, as suas viagens, quem sabe, mas é preciso que isto fique gravado nos Anais desta Casa, e que se nós fôssemos considerar todas as diferenças de níveis de um para outro, certamente nós teríamos Cr\$ 500.000.000,00 por baixo, por mês, que o magistério do Paraná está emprestando, sem correção monetária, a título de "fundo perdido". Porque o Governo jamais ressarcirá este prejuízo da classe.

Era o aparte que queria aduzir ao seu brilhante pronunciamento, Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Deputado Fidelcino Tolentino mais uma vez demonstrando conhecer os meandros, desta complexa malha que é o relacionamento salário-funcionalidade-Governo, relacionado ao funcionalismo público.

Concedo o aparte ao ilustre Líder do PDS, que me foi solicitado.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência, porém ocuparei a tribuna logo em seguida. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço. E continuo, Sr.

Presidente, trazendo com relevo o eixo que aqui procurei deixar. De que se há três meses foi negado um aumento com um índice inflacionário menor e igual arrecadação, porque agora ele chegou a necessidade da concessão. Arrecadou-se mais neste tempo, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero aqui memorizar um pouco e lembro que ouvi também, em reunião que tivemos da CIP, quando os professores também disseram que em 15 de janeiro de 1981, o Governo autorizou a Secretaria da Educação para tudo fazer, resolver a questão do magistério, segundo palavras do Governo do Estado.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembro isso, para inclusive, tirar algumas dúvidas que ficaram nesta Casa e nos Anais da Casa, de que os professores são vezeiros em fazer movimentos no período de setembro e outubro de cada ano, prejudicando os estudantes, prejudicando os pais, os vestibulandos, mas, quero aqui registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nessa mesma CIP foi lembrado que a paalização dos professores do Estado do Paraná, estava prevista para o início das aulas de 1981, conforme decisão da assembléia final do fim do ano de 1980.

E exatamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por este

processo de 15.01.81, é que a categoria com responsabilidade, com pensamento, exatamente nos próprios alunos, deixou uma questão muito clara. Insistiu, deu crédito à comissão partidária e aí a greve que estava prevista para março de 1981, só acabou sendo decidida numa assembléia muitos meses depois, no dia 28.08.81, quando ainda mais um prazo para que no dia 14 de setembro, o executivo atendesse as principais reivindicações.

Por isso, Sr. Presidente, nós ficamos na verdade, no início do movimento, diante de uma incógnita e uma grande interrogação e sempre, particularmente faço isso diante de qualquer movimento. Assim fizemos quando do movimento dos trabalhadores da indústria e construção civil, do movimento pelo término do aval da nota promissória rural, pelo movimento do confisco da soja, pelo movimento dos indenizados de Itaipu, do movimento dos suinocultores. Toda vez que surgiam esses movimentos, nós nos colocávamos diante de 2 grandes indagações. A primeira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o movimento é justo? Porque, este deve ser o carro chefe de qualquer posição de solidariedade, de apatia, ou de omissão.

Ante qualquer reivindicação, ou qualquer mobilização popular, o movimento é justo. E entendíamos e também, ao que vejo, muitos Deputados, inclusive do Governo, entendem. Mas, aí surge a 2a. discussão, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É possível atender o pedido do movimento justo?

De tanto estudar a questão, Deputados de nossa bancada, participando, inclusive, da CIP, intermediando, transformando-se numa ponte entre o Governo e a categoria, nós víamos que o Estado, na verdade, em determinados instantes, apresentava um quadro de que agora não poderia atender a todas as reivindicações, ou, ao menos as básicas, que, inclusive, uma delas, não tem que ver nada com recursos, que é a Lista Tríplice, que fere o comando político, que é um dos calcanhares de Aquiles do sistema. Ou, por acaso, a Lista Tríplice, Sr. Presidente, fere os cofres da Secretaria das Finanças do Estado?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, convictos de que o movimento era e é justo, permanecia esta questão: é possível atender o rol de reivindicações ou as básicas?

Mas, ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a resposta está no projeto que nós aprovamos hoje, em 3a. discussão. Se, há 60 dias, era impossível transformar o abono em aumento, e agora passa a ser, nós não temos condições de saber se realmente é possível, porque surgem até dúvidas se nós não estamos num caos administrativo no Governo do Estado do Paraná.

E, por isso, nós temos, portanto, pela sensibilidade que possuímos, ao menos o direito de também entender que é possível atender as reivindicações básicas, entre elas, repito, a questão política da Lista Tríplice. Não a Lista Tríplice por simplesmente obter uma Lista Tríplice, mas a Lista Tríplice, sim, e também a regulamentação dela, para evitar que labirintos possam, na verdade, sufocar a pretensão democrática dos Srs. professores.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero concluir, evidenciando com muita objetividade, que nós também ouvimos, hoje, nesta Casa, de que não temos proposta e exercitamos oportunismo.

Deputado Fidelcino Tolentino, Vossa Excelência só neste projeto de hoje apresenta 4 emendas; está na mão, portanto, da maioria da Casa as propostas que a Oposição faz para melhorar, para ajustar, para tentar, Sr. Presidente, aprimorar a proposta em discussão.

Tomara e oxalá, sejamos, desta vez, agraciados e ao menos, com a atenção e o apoio e a justeza de raciocínio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A Casa está discutindo uma Mensagem do Governo, aliás, são 7 Mensagens do Governo, hoje, todas elas visando melhoria do funcionalismo público do Estado.

Mas, parece que as Mensagens do Governo não satisfizeram a Oposição, que teima em combatê-las, como continuaria combatendo o Governo, se para aqui não tivesse enviado nenhuma mensagem, com relação à melhoria dos diversos segmentos do funcionário público do Estado.

Três colocações aí, é que eu gostaria, não de contestar o brilhante Líder do PMDB, mas, uma, principalmente, para tranquilizá-lo, quando se mostra apreensivo de que o Governo não tenha condições de cumprir seus compromissos para com o funcionalismo público, porque, ao que parece, se instalou o caos financeiro no Estado do Paraná.

Esta colocação é primarismo do nobre Deputado, porque ele recebe adiantado os seus vencimentos. Nós estamos no dia 1.º de outubro, e as folhas e os cheques já estão prontos para pagar todos os Deputados da Casa.

Então, o Deputado é um privilegiado, porque recebe outubro nos primeiros dias de outubro. Então, não existe o caos financeiro. Esta preocupação, o nobre Líder que tire desde já da cabeça, vai continuar recebendo, o seu dinheirinho, que não é pouco, adiantadamente. Como eu também recebo e todo o resto da Casa.

Essa preocupação tire da cabeça.

A segunda preocupação de Vossa Excelência é saber como que é que o Governo, há sessenta dias atrás, não tinha dinheiro para conceder melhorias aos funcionários do Estado e agora encontrou.

Mas, Vossa Excelência não pergunta a que preço isso foi conseguido.

Diversas obras, da maior importância, obras rodoviárias, tiveram que ser suspensas. As concorrências dessas obras já estavam publicadas em editais. E elas foram suspensas, exatamente para que o Governo, com uma sobra de cinco bilhões, quinhentos milhões de cruzeiros, pudesse atender o funcionário, dentro dos limites do Tesouro do Estado.

E até gostaria, Sr. Presidente, se Vossa Excelência me permitisse, dizer que o vi muito nervoso, numa reunião dos Secretários da área financeira com os Secretários de Transportes, porque cortaram uma estrada de Irati, que liga o distrito de Gutierrez à sede. São 6 km de pavimentação que foram cortados, porque não havia dinheiro. O dinheiro seria destinado ao pagamento do funcionalismo público.

A terceira colocação, que não concordo também, é que o nobre Líder do PMDB diz que o Deputado Fidelcino Tolentino - a quem eu rendo minhas homenagens, porque é quem realmente luta em favor do funcionalismo, sem demagogia. Sem oportunismo. Ele luta sempre. A este o funcionalismo deve respeitar. Ele luta com elegância, com sobriedade, com propriedade, ele luta sempre. Ele, realmente, apresentou diversas propostas para melhorar a Mensagem Governamental.

Lamentavelmente, deixou de apresentar a principal: a fonte de recursos.

É fácil melhorar as condições do funcionalismo. Difícil é a fonte de recursos. Porque, os recursos estaduais do Tesouro são finitos e as despesas infinitas.

Então, não houve uma proposta propriamente dita.

Vejam que estamos discutindo exatamente, mas exatamente, uma Mensagem do Governo, uma mensagem do Governo que visa melhorar os segmentos do funcionário público. Acho que a Oposição deveria receber com palmas essa Mensagem. Mas recebeu com pedras. Alguns, graças a Deus, uma minoria insignificante, recebeu até com impropérios. Um até disse que, enquanto as professoras estavam suportando um frio de 4 graus, o Secretário da Educação e o Governador do Estado estavam

com mantilhas de lã, agasalhados, dentro de suas residências. Mas, esqueceu o Deputado que disse esse disparate, de que as professoras estavam agasalhadas, elas com mantilhas, com cachecol, com colchonetes, mas as crianças que saem de manhã, para irem à escola, descalças, mal agasalhadas, sentindo frio, vão à escola e regressam, porque os professores lá não estão para lhes ministrarem as aulas.

Isso foi esquecido pelo Deputado da Oposição.

Não gostaria, Sr. Presidente, de voltar ao assunto do Memorial JK. Mas, o eminente Líder do PMDB não perde, jamais a oportunidade, para dar uma espinafra ao Líder do PDS. Sempre que ele pode não sei porquê, tenho uma simpatia imensa pelo moço, mas ele não perde a oportunidade de me dar uma espinafra — qualquer coisa que eu apresento, ele faz uma tempestade em copo d'água. Distorcendo até as palavras. Ele adota até uma postura messiânica, na tribuna, e distorce tudo o que se fala. Ontem, ele disse que eu falei que as emendas apresentadas esculhambariam o projeto. Não foi isso que eu disse. Eu, realmente, usei um termo impróprio, disse que balançaria o projeto mas, não esculhambaria. Bagunçar é uma coisa, esculhambar é outra. O Aurélio está aí para explicar a diferença.

O que eu disse foi que, aquelas emendas tornariam o projeto inviável. Porque eu já vou lutar pela sanção do projeto, porque o projeto é de minha autoria, exclusivamente de minha autoria e de minha responsabilidade, já vou lutar, junto ao Governador do Estado, para que o Paraná não fique atrás de um Ceará que deu onze milhões para o Memorial JK, para que o Paraná que deve a JK a BR-277, a BR-116, a Reitoria, a ponte que liga o Paraguai, a da Amizade, que deve todas essas obras, não deixe de comparecer com uma migalha de até seis milhões de cruzeiros, quando eu digo até seis podem ser quinhentos, pode ser um milhão, pode ser um milhão e meio, agora, a vinculação de doação ao Presidente JK e o caso das professoras ou dos professores, é uma posição burra, Sr. Presidente, tão burra quanto aquela de alguns setores que queriam modificar o projeto arquitetônico feito por Oscar Niemeyer porque, poderia parecer uma foice e um martelo, símbolo comunista então, esta vinculação que a Oposição está fazendo é burra, tão burra como a dos militares de Brasília que teimavam em ver, no projeto arquitetônico, uma foice e um martelo. Seis milhões de cruzeiros, Sr. Presidente, não resolvem o problema do magistério em cujo quadro o Estado gasta sessenta por cento da sua receita. Não se pode vincular despesas de outra ordem, com despesas de pessoal.

Ontem falou-se muito na inconstitucionalidade do nosso projeto. Esqueceram, os constitucionalistas, que é uma lei meramente autorizatória, o Governo cumpre se quiser, dará, se quiser, se sancioná-lo, supriu a inconstitucionalidade, do contrário, vai para o limbo dos projetos vetados e o Paraná deixará de homenagear o grande Presidente JK, mas, não ficará mágoa alguma no autor do projeto. Então, a inconstitucionalidade vamos deixar ao lado. Bem. Falou-se aqui também ontem, e a Oposição com muita justiça, com muita jateza aliás, após cerca de onze emendas ao nosso projeto, exatamente com o objetivo de torná-lo inviável, porque o Governador do Estado não iria jamais vetá-lo, em partes, deixar de dar a uma Santa Casa de Palmeira, e dar para o Memorial JK, então, o objetivo da Oposição foi este, não adianta os Senhores dizerem que não, porque eu tenho 28 anos “de janela” aqui dentro, então, não adianta, agora, eu tenho aqui, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, até o mês de agosto, o Governo do Estado já doou Cr\$ 217.000.000,00 às entidades assistenciais do Paraná, está aqui a relação, quer dizer, todas as entidades que solicitaram ao Governo do Estado, auxílio, receberam, algumas até de grande vulto, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que recebeu dez milhões de cruzeiros, merecidos, porque, o que aquele Hospital faz pelos doentes, pelos pobres, pelos desafortunados da sorte, é algo de comovedor, então,

merecidamente. Então, tenho aqui a relação, toda a relação que passo às mãos, entregarei ao Sr. Presidente para que ele mostre a todos os Srs. Deputados, que o Governo não tem sido sovina na distribuição de subvenções e auxílios pagos diretamente pela Casa Civil, afora subvenções que são orçamentárias e que são pagas mensalmente a diversas entidades do Paraná. Então não seriam esses míseros seis milhões de cruzeiros que iriam atrasar o auxílio às entidades assistenciais. Falou-se ontem aqui até em Jesus Cristo. Havia uma freira lá em cima e havia um Deputado que falou até em Jesus Cristo, que se Jesus Cristo fez o homem à sua imagem e semelhança, estaria envergonhado, como se a nossa Bancada fosse constituída de demônios. Falou-se até em Jesus Cristo ontem aqui, a pretexto de se combater um projeto.

Falou-se na Associação Paranaense de Reabilitação que está aqui aquinhoadada pelo Governo do Estado e que os Senhores Deputados, da verba pessoal de cada um, também dão. É preciso que o povo que está lá em cima saiba que o Deputado teve, cada Deputado, setecentos mil cruzeiros para dar às entidades assistenciais. São tanto como quarenta milhões que esta Assembléia distribui às entidades assistenciais.

Então não me envergonho de apresentar um projeto dessa natureza.

Falou-se também que a Revolução de 64 estaria, com o Memorial pagando uma dívida, por ter cassado Juscelino Kubitschek de Oliveira e o ter exilado dentro de seu próprio País. Aí outra colocação errada e burra.

A iniciativa é de Dona Sara Kubitschek, da construção desse Memorial. Ela foi ao Presidente Figueiredo, foi recebida com fidalguia pelo Presidente Figueiredo, foi pedir ao Presidente um terreno onde pudesse ser construído o Memorial JK, a fim de que Brasília guardasse para sempre os restos mortais desse grande brasileiro que foi o seu fundador, que trouxe ao povo brasileiro, esperança, fé na sua capacidade de trabalho. Um homem que levantou no Planalto Central do País uma Capital que hoje é o orgulho da Nação. Dona Sara foi ao Presidente Figueiredo, que teve um gesto de grandeza, em determinar ao Prefeito do Distrito Federal que doasse o terreno. Cessou aí a intervenção do Governo na construção do Memorial JK. Formou-se uma comissão, uma comissão composta de arquitetos, de jornalistas, de admiradores, de ex-auxiliares do Presidente JK. Levantou-se fundos em toda a Nação e eu individualmente contribui e achei que o Estado do Paraná não podia ficar de fora, porque todos os Estados da Nação contribuíram para o Memorial JK. A Revista Manchete publica semanalmente a relação e os nomes com as respectivas importâncias dos doadores. Mas que dívida é essa que a Revolução está pagando?

Falou-se também, nobre Deputado Trajano Bastos, da grandiosidade, do luxo, da imponência do Memorial. Outro Deputado que eu tenho uma estima muito grande, mas, ontem só falou bobagem. Ontem só falou bobagem. Porque o que é que eu tenho com o mármore que está aplicado no Memorial? O que é que eu tenho com o tapete que aquece o sarcófago do Presidente? Nada, nada, não fui eu quem fiz o projeto, foi o povo brasileiro espontaneamente quem está pagando. Podia fazer até de ouro. Ninguém tem nada com isso.

Apresento um projeto para que a Assembléia aprecie o projeto. Se a maioria rejeitasse ou tivesse rejeitado, aceitaria da mesma forma que aceitei a aprovação do projeto. Não sou culpado meu caro amigo, Deputado e conterrâneo. Não sou culpado de colocarem carpete lá no sarcófago.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me cederia um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer, mas tenho mais dois ou três apartes. Já darei. Darei já. Só quero terminar aqui.

Não vou mais nem terminar o que eu tinha para falar, por-

que eu já disse tudo. A responsável pelo projeto foi a Dona Sara, foi ela quem apelou a todo o País. O Governador do Estado do Paraná não mandou Mensagem, o Governador do Estado do Paraná não me pediu para apresentar o projeto. Fui eu quem o fiz espontaneamente, primeiro porque reconheço o trabalho daquele homem que quando deixou o Governo, deixou a indústria automobilística nacional produzindo 170 mil veículos por dia, a indústria naval que só fazia canoa de pescador, construindo navios de grande tonelagem, a indústria do vidro plano. Enfim, deu consciência ao brasileiro de que ele é capaz, de que ele pode também desenvolver-se e ombrear-se com as Nações mais adiantadas do mundo. O seu eterno sorriso e otimismo, contagiou uma geração inteira, fui seu correligionário, convivi com J.K. como político do PSD convivi. Conheci a bondade daquele homem, os seus gestos magnânimos de esquecer as ofensas. Então, foi por isso que eu apresentei à apreciação dos meus nobres Pares.

Não vou falar mais nada. Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Erondy Silvério, gostaria de aproveitando seu raciocínio, fazer uma colocação que acho bastante interessante. Que para a Oposição por exemplo, basta apenas o homem mudar de idéia para que ele se transforme de algoz em herói. Mas este mesmo raciocínio, não serve por exemplo, o Presidente Figueiredo, que como representante do sistema recebeu dona Sara e acertou e aceitou o pedido fazendo doação dos terrenos que hoje se encontra o Memorial.

Para a Oposição, Deputado, nós temos aqui visto desfilar durante alguns meses, quando o Ministro de Estado que serve ao sistema, quando o Governador do Estado que serve ao sistema e faz o jogo do sistema, muda de partido — passa a ser o herói nacional. O exemplo até agora o Líder do PMDB abriu um parêntese e fechou um parêntese quando falava dos governos anteriores para ressaltar o Governador que hoje está num outro partido. E assim foram com os Ministros de Estado, o caso Rischbieter, era o símbolo da desgraça nacional. Até que, foi colocado para fora, quando houve uma substituição não interessa aqui as razões, então passou a ser um homem de coragem, e dizia o que queria, um homem capaz, um homem eficiente. Enfim, a Oposição tem “dois pesos e duas medidas”. Quando é para passar ao seu favor, mudar de idéia, então, eles acham perfeito, aceitável, e as pessoas tornam-se heróis. O nosso Deputado Renato Bueno, era um dos governistas e coisa que o valha, hoje, faz parte, da democracia vigilante deste País.

Então, Sr. Deputado, é para deixar bem claro e evidente, que realmente nós vemos na maioria das vezes quando nos exaltamos com isso, é que são não política, porque política é com “P” maiúsculo e em alto nível que se faz. Mas, são demagogias eleitoreiras, tentando conquistar simpatias especialmente das pessoas menos avisadas, porque eu ouvi Deputado fora aqui de Curitiba, um homem de Oposição que hoje já não milita mais nela, dizendo o seguinte: “que a Oposição só vende ilusão” e isso é uma grave realidade infelizmente. E é muito fácil nós dizermos que o professor deve ganhar que nem Deputado, cem mil cruzeiros, duzentos mil cruzeiros por mês. Mas a gente sabe que isso é impossível.

Então, é muito fácil nos colocarmos aqui como Vossa Excelência bem falou, em cima de uma iniciativa do Governador, do Governo que beneficia talvez não totalmente, mas beneficia uma classe. E ainda hoje discutíamos aqui durante mais de cinco horas na Comissão de Constituição e Justiça, quando a Comissão de Polícia se reuniu lá sob a Presidência do Deputado José Domingos, nós vimos a preocupação do novo Estatuto da Polícia Civil, para dar condições que a polícia ganhe mais. Porque nós clamamos por segurança também da tribuna desta Assembléia, Deputado, pedimos que a polícia esteja presente, esteja sempre apta a não deixar que a família fique

insegura em sua residência.

Então, hoje estávamos discutindo, virá para este Plenário, o novo Estatuto da Polícia Civil, dando condições melhores para que o Agente de Segurança, que o Escrivão, enfim que a estrutura policial também tenha maiores ganhos. O que nós precisamos ver, que existe o problema da professora, do militar, do Agente de Segurança, enfim de todas as categorias, que realmente em função de uma desastrosa política do Governo Federal, ficou completamente defasado. Por isso, nobre Deputado, acho que nós não defendemos o Governo aqui; nós simplesmente colocamos as coisas reais e como elas são.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Líder do PDS, ficarei em algumas observações mais genéricas. E de plano, a uma preliminar. Não há questão alguma de antipatia. Acontece que Vossa Excelência é Líder do PDS, do Governo e nós estamos na Liderança do maior partido de Oposição, nesta Casa. Acho que as coisas automaticamente se colocam. Pessoalmente nada há, pessoalmente nada existe.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado. Também é recíproco.

O Sr. Nilton Friedrich — Agradecemos. Mas ilustre Líder do PDS eu gostaria de colocar que nós da Oposição, não estamos fazendo oposição, pela oposição. Porque isso se deduz quando Vossa Excelência coloca de que estaríamos continuando a combater o projeto, viesse como ele melhorado fosse. O que coloquei da tribuna, é de que a questão de recursos ficou muito clara. Há menos de sessenta dias, não existia recursos. E de repente passa a ter.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas eu expliquei que houve corte de obras até inadiáveis. E eu trarei uma lista a Vossa Excelência das obras que já estavam em licitação. E que não serão construídas para possibilitar.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas Vossa Excelência eu aqui, ilustre Líder, tenho por exemplo um dado muito claro da execução orçamentária.

O ICM do Paraná, cresceu em 1980, relativamente a 79, de 13 para 30 milhões, representando o aumento nominal, de 126,3%. Segundo o boletim do Ministério da Fazenda, este foi o maior crescimento verificado entre os Estados das regiões Sul e sudeste do Brasil.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas Vossa Excelência sabe que está lendo, está analisando o crescimento do ICM em 79/80. Vossa Excelência não poderia dizer o mesmo de 81. Basta Vossa Excelência consultar os prefeitos da sua região. E Vossa Excelência vai ver a queda impressionante que teve, pela própria recessão que vive hoje a economia nacional. Então Vossa Excelência tem que raciocinar em termos de 81. Não em termos de 79/80.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas até setembro, ilustre Líder, não há dúvida de que houve até se superou a previsão de arrecadação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, que vão ser entregues agora ao funcionalismo.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me socorreu. Até setembro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exato. Até setembro. Mas não há o que esconder, de uma bancada inteligente como a de Vossa Excelência não adianta. Não há o que esconder.

O Sr. Nilton Friedrich — Agradecemos. E quero então concluir, nobre Deputado, esse meu aparte, que a questão específica da doação para o Memorial JK, nós entendemos que é possível que não seja incendiária essa proposta, neste

momento, como disse da tribuna, não menos quanto ao valor mas o é, no mais, quanto a inoportunidade, a atual situação social do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, só para concluir, devolvi a palavra a Vossa Excelência. Só gostaria que Vossa Excelência, por favor, me socorresse. Não tenho bola de cristal. Quando apresentei, que eu tinha em mente inclusive convidei Vossa Excelência para subscrever o nosso projeto, que Vossa Excelência delicadamente recusou, não existia nenhum movimento de professor.

Não existia nenhum movimento de inativo, nada. E eu não tenho bola de cristal. Lamentavelmente eu peço por isso. Muito obrigado.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas eu volto a insistir no dado, de que a própria mobilização dos professores, com paralisação que estava prevista para o início deste ano, portanto em março de 81. Mas eu quero até neste aspecto ainda dizer, que nós efetivamente não negamos homenagem a JK. Ao contrário, procuramos dar uma objetividade social a uma homenagem que interessasse diretamente ao Paraná, porque, temos muito claro em mente que Dona Sara Kubitschek, quando começou o movimento, até com o estímulo dos diretores da Manchete, é bom que se diga, porque há outras questões em jogo, ela foi muito clara em dizer que pretendia a construção de um memorial, voluntariamente, surgindo de fundos espontâneos, dado pelo povo, não de forma compulsória como Vossa Excelência está pretendendo. Aí, é diferente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Absolutamente. Vossa Excelência está sendo injusto. Isto aqui, é uma Casa de Leis, Vossa Excelência é um bacharel em direito, um líder de um partido, moço inteligente, apesar da pouca idade já vivida, já versada em política. Mas, que compulsoriamente é esta, se eu apresento consideração de 58 anos conscientes. Todos os homens que estão nesta Casa, o estão, porque são homens que sabem pensar, são líderes de suas comunidades, são homens que sabem onde querem ir, que conhecem os membros da política. Como é que é compulsória. Apresentei um projeto e não pedi voto para ninguém, pedi, apenas a Vossa Excelência o apoio, Vossa Excelência negou e a amizade continuou a mesma, mais sólida ainda. Mas, onde é que Vossa Excelência vê compulsoriedade nisto. Pelo amor de Deus.

O Sr. Nilton Friedrich — Exatamente a questão da compulsoriedade que nós nos referimos é porque, a pretensão era de que o brasileiro que pretendesse, livre e espontaneamente contribuir com o memorial, o fizesse nas várias formas de arrecadação, mas, aqui está se pretendendo que, exatamente, o Governo retire do contribuinte, que não foi consultado esse valor.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência sabe, conhece o orçamento do Estado, sabe que existem reservas de contingências, que existem verbas exatamente para esses eventos, para esses acontecimentos. E que não é crime homenagear um homem que tanto fez por essa Nação. Por favor, tire de sua cabeça o problema da compulsoriedade. Absolutamente, isto aqui é um Poder, ou Vossa Excelência não reconhece como Poder. É o Poder Legislativo que está autorizando o Governador. Ele cumpre se quiser. Vossa Excelência sabe disso.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas, como eu tenho a convicção certa, de que o povo não faria esta doação atualmente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vou trazer uma lista de para-anaenses que doaram, teve gente que doou até Cr\$ 100,00

nobre Deputado, Vossa Excelência está por fora. (conversas paralelas).

O Sr. Nilton Friedrich — Se Vossa Excelência quiser doar de seus recursos, do seu patrimônio, os Cr\$ 6.000.000,00 individualmente é uma questão de forum pessoal, íntimo e está acabado. Mas, buscar nos cofres públicos. A coisa pública, é outro assunto, é outro departamento, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, daí eu não precisava nem lhe contar. Quando eu dei do meu bolso, que tenho lá o recibo, eu não vim aqui na Casa contar.

Agora, isso aqui é um Poder, ou não é, nobre Deputado? Não é um Poder independente?

O Sr. Nilton Friedrich — Gostaria de, só concluir portanto, de então, chegar à seguinte conclusão. De acordo com o que eu ouvi do ilustre Deputado Gabriel Sampaio. De que os que saíram, possam ter as benesses e os aplausos.

Há uma diferença da noite para o dia. Os que saíram e abandonaram o processo que estavam exercendo de compactuar com as coisas.

E aqueles que querem, às vezes, receber desculpas, mas, continuam compactuando com as coisas, é tão diferente isso, como a noite é do dia. Porque, aqueles que saíram e não aceitaram mais compactuar, merecem um mérito, entendemos. Mas, aqueles que procuram aqui e acolá, querer se redimir, nós temos continuamente a nossa sentença, a nossa idéia, o nosso veredicto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Foi um prazer ouvir Vossa Excelência.

Vossa Excelência, enriqueceu o nosso pronunciamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Só queria dizer que, as fontes de receita do Estado, já foi dita aí com muita propriedade. As receitas são basicamente, tributárias, fiscais, taxas, monumentos e essa parafernália da arrecadação que o Estado faz. A diferença, não está nas fontes de recursos, mas, na forma de gastá-las.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, apenas para fazer um adendo. O Deputado Nilton Friedrich, realmente empolgado para contestar, cometeu alguns erros básicos. Ele esqueceu que fundamentalmente o Poder Legislativo representa o povo do Estado. E eu perguntaria ao Deputado, só em tese. Será que quando ele toma uma atitude na tribuna, ou em um voto, ele consulta o eleitorado que o elegeu para a Assembléia, ou ele tem esse mandato popular outorgado nas urnas com liberdade em função daquilo, do bom senso e da pessoa dele, na sua atuação nesta Casa.

Então, quando nós votamos aqui, nós votamos pela parcela do povo que nos elegeu, isso é óbvio ululante. E o Deputado quer para contra argumentar denegrir esse tipo de representação que nós temos na Assembléia. E outro detalhe Deputado, ninguém pode ser professor de Deus, ninguém pode ser dono da verdade.

Sei que o Governo tem mil pecados, como tem mil pecados a oposição, só que o nosso líder não os reconhece, eles são donos da verdade. Eles são os homens enviados e messiânicos. Todos eles não podem cometer erros em hipótese alguma. Por exemplo, nós temos na última Manchete, que o brilhante Deputado Paulo Marques, do PMDB de Cascavel, se não me falha a memória, fez uma doação para o memorial da sua verba da Assistência Social e a sua verba da Assistência

Social, vem do tesouro do Estado da União, portanto, verbas de impostos, e do povo e ele não consultou o eleitorado dele porque ele achava que aquilo era válido. Ele não fez escondido Deputado. Ele deu e a notícia foi publicada.

Então, o conceito que o nosso nobre líder do PMDB faz, é particular dele, ele que não queira dar uma aula, e professorar e ministrar o que todo mundo deve fazer. Porque, colegas dele, do partido, já fizeram doação com dinheiro do povo brasileiro, através do tesouro da União.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Gabriel Sampaio posicionou muito bem esse problema do Deputado Paulo Marques. E nós vemos Vossa Excelência sendo assim atacado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aliás, eu quero dizer a Vossa Excelência que não foi só o Deputado Paulo Marques. Dezenas e dezenas de Deputados tanto do PMDB como do PDS e do PP, fizeram doação da verba da Assistência Social.

O Sr. Gabriel Manoel — E com justeza Deputado. Agora, sabe-se o seguinte: o problema aqui inverte-se um pouquinho os papéis, porque, diz um adágio popular: não se atira pedra em árvore que não tem fruto.

Vossa Excelência hoje está sendo apedrejado porque eles queriam ser o pai da criança.

Vossa Excelência pecou, porque não deixou eles se anteciparem.

Então, eles queriam apresentar, fazer o carnaval que eles usam fazer em cima de nós, que Juscelino, como eles reconhecem, foi um grande brasileiro, um grande paranaense que trouxe os benefícios de infra-estrutura para o Paraná e para o Brasil.

Então, como eu dialogava agora com o Deputado Luiz Alberto, os grandes presidentes, os Presidentes dos Estados Unidos, todos eles têm esse memorial.

É uma homenagem aos homens que passaram por esta terra. Isto, vale mais nobre líder, do que muitas vezes se fazer uma assistência social. Porque, assistência social nós fazemos diariamente e dá estímulo aos brasileiros que continuam nesta trajetória política como JK, é uma obrigação nossa.

Agora, Vossa Excelência está com a razão e também tem razão o nobre Líder do PMDB, que ele teria vontade de ter apresentado este projeto.

Então, como eles não são o pai da criança, então, é isto que nós estamos recebendo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço e Sr. Presidente, para terminar e para que os Anais completem o que eu não pude completar ontem, eu vou continuar rapidamente o resto da leitura de Pedro Cavalcanti, que diz: “na pressa de fazer o Brasil progredir cinquenta anos em cinco, valia tudo e as concorrências da NOVACAP, na realidade não eram um modelo de cautela.

Mas, eram concorrências. E se JK tolerou irregularidades na construção da Belém-Brasília, vale lembrar que ela continua aberta ao tráfego, ao contrário da Transamazônica e outras experiências do mesmo naipe.

Juscelino é verdade, tinha mãos abertas, amigos. Além disso, expressava enfadada relutância quanto às medidas de combate à inflação”.

Isto que está aí, agora, provocando a recessão e o desemprego.

“Mesmo assim, o seu ambicioso programa de 30 metas, agrupadas em 5 setores, deram resultados surpreendentes, sobretudo no campo das indústrias de base.

A produção de aço subiu de 1.000 lingotes para 3.500 ao final de seu Governo; a de cimento saltou de 2.700.000 para 5.000.000 de toneladas. No mesmo período instalou-se a indústria automobilística, que no último ano de seu mandato, já fabricava 170.000 veículos.

Instalou-se também a indústria naval, a indústria de material elétrico, a da mecânica pesada”. E a principal, que o jornalista esqueceu, a do vidro plano que nós importávamos da Bélgica.

É uma vergonha. Vidro plano se importava da Bélgica. E ele deixou o País auto-suficiente. “A inflação vertiginosa (e aqui está entre aspas) em que ele teria precipitado o País, transformou-se, hoje, numa meta inalcançável: 30,5 por cento foi a inflação que Juscelino deixou, quando entregou o Governo a Jânio Quadros. É curioso constatar que JK, o “Presidente bossa-nova”, o “Presidente voador”, o “Presidente Pé-de-valsa”, foi acusado de muitas coisas, mas o seu nome não ficou ligado a nenhuma atitude vil, a nenhuma bandalheira, a nenhum sentimento baixo.

Teria sido talvez generoso demais, coração grande ele era. Se, como pretende o ex-Presidente Richard Nixon, “um bom Presidente”, dizia Nixon, “tem que ser também, às vezes, um bom açougueiro”.

Então Juscelino estaria equivocado, porque ele não foi açougueiro, ele anistiou todo mundo e quase que imediatamente, os militares amotinados em Jacareacanga e Aragarças, e esses fatos provam que o seu Governo, foi, realmente, o mais estável e o mais democrático da história do Brasil”.

Foi este homem, Sr. Presidente, que eu e meus companheiros de Bancada pretendemos homenagear, e vamos apelar ao Sr. Governador Ney Braga, para que não vete, para que o Paraná escreva no rol do Memorial JK, a gratidão de seus filhos, embora com uma importância muito inferior a que os outros Estados deram, a que até particulares deram.

Mas que ali fique a gratidão do povo paranaense, por este Presidente que encheu de entusiasmo, que encheu de vida, que encheu de esperança o povo brasileiro, e que foi tão maltratado, tão vilipendiado, e que vive apenas no coração de seus amigos, como eu fui amigo de Juscelino Kubistchek de Oliveira, autor do projeto de lei que lhe concedeu a cidadania honorária de Curitiba; tive a honra de tê-lo hospedado por uma noite em minha modesta casa, convivi com este homem de coração grande, este homem a quem a Nação deve tanto.

Por favor meus amigos da Oposição, por favor.

Esta é uma das homenagens mais justas que este Poder presta a um grande homem. Um homem que fez tudo por esta grande Nação; que asfaltou daqui a Foz do Iguaçu, que nos ligou ao Paraguai, com a Argentina, que construiu a Reitoria, que sempre foi pródigo; que nos ligou a São Paulo. Antes era um inferno se viajar pela Estrada da Ribeira.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, exatamente isso que Vossa Excelência está dizendo, das grandes obras de JK, nós sempre defendemos.

Inclusive, as estradas que Vossa Excelência mencionou. E muitas vezes, a Revolução de 64 procurou apagar as obras de JK.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, a Revolução fez tanta coisa errada.

Com relação a Juscelino foi de uma ignomínia incrível.

O Sr. Lineu Turra — Sempre defendemos as obras de JK, dizendo que muitas obras que foram concluídas - e eu me lembro bem, porque acompanhei a trajetória do seu governo, quantas obras que foram concluídas logo após a Revolução e

inauguradas como obras sua. Obras que estavam praticamente concluídas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência tem razão. A Revolução fez a Transamazônica.

O Sr. Lineu Turra — Exato. Só queria fazer um reparo quanto às doações de verbas, que são feitas pelos Deputados Federais. Cada um trata do problema a seu modo.

Respeitamos o ponto de vista de Vossa Excelência. E tanto é que eu, aproveitando o gancho do projeto de Vossa Excelência apresentei um substituto, procurando beneficiar a minha cidade.

Nós íamos aprovar o projeto de Vossa Excelência e achei que essa seria uma oportunidade.

Agora, não é pelo fato de alguém, Deputados Federais de todos os partidos - como Vossa Excelência falou - é que vamos seguir a mesma trilha. Nós seguimos aquilo que a nossa consciência dita.

E Vossa Excelência fez o que sua consciência ditou, nós respeitamos.

Por isso, queremos que seja respeitado nosso posicionamento de termos votado contra a matéria, porque entendíamos que assim deveríamos agir.

Vossa Excelência está lembrado, que lhe fui muito sincero, quando me mostrou o projeto eu disse: "Deputado, no momento em que estamos atravessando, em que se esboça um movimento do professorado, será que é oportuna a apresentação desse projeto?"

Fui honesto com Vossa Excelência. Alertei.

Então, entendi que a aprovação daquela matéria, naquela oportunidade, poderia ser negativa, não para Vossa Excelência somente. Poderia atingir também o Poder Legislativo, poderíamos cair em censura do povo.

Vossa Excelência deve estar lembrado disso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado. Lembro-me sim. Obrigado.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Erondy Silvério, gostaria de iniciar o meu aparte pedindo a Vossa Excelência desculpas pelas bobagens que, em seu entendimento, este humilde Deputado possa ter dito e que tenha ferido a magnitude da sabedoria de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Da sabedoria não. Vossa Excelência feriu a minha sensibilidade, porque tenho um sentimento de amizade, verdadeiramente profundo, por Vossa Excelência. Feriu minha sensibilidade, não a minha sabedoria.

Porque, Vossa Excelência é um homem, dez, cem vezes, mais culto que eu.

O Sr. Trajano Bastos — Não, absolutamente, não era essa a pretensão deste Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, não foi, feriu a minha sensibilidade, porque Vossa Excelência sabe que não fui eu o autor do Projeto do Memorial JK.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência criticou as minhas bobagens, então me permita que eu critique as suas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito bem, estamos aí para isso.

O Sr. Trajano Bastos — Então eu disse ontem, e reafirmo,

que, o Memorial JK é suntuoso e realmente o é. O dia que Vossa Excelência tiver oportunidade de ir lá pessoalmente, sentir-se-á orgulhoso por ter contribuído com aquela suntuosidade, e muito mais suntuoso ele se torna, ilustre Deputado Erondy Silvério, se desviarmos o nosso olhar, a nossa admiração àquele monumento, se desviarmos às favelas que proliferam ao redor de Brasília onde o índice de fome, o índice de mortalidade infantil envergonham e enegressem a História deste País, então, mais suntuoso ele se torna como suntuosas são todas as obras nababescas deste Governo e cito um exemplo presente aqui em Curitiba, o BNH - Sede do Banco Nacional de Habitação em contrapartida às favelas de miseráveis que estão nas periferias, e disse mais ainda, que, já que aquele Memorial, que a finalidade daquele Memorial era, resguardar toda a documentação e acervo que dissesse respeito à vida daquele grande brasileiro, daquele grande Presidente, que, tivessem a coragem cívica pelo menos, os organizadores ou construtores deste Memorial, seja D. Sarah, seja Sr. Pedro Bloch, mas, que fizessem questão que nesse acervo, ilustre Deputado Erondy Silvério, com todo o respeito, que constasse ali, também, para que a posteridade visse, presenciasse e visse com os seus próprios olhos, o Ato que cassou os direitos políticos daquele Presidente, e, as assinaturas do ditador ou dos ditadores que o cassaram, que, a par da sua carteira de identidade, que levava no bolso quando morreu, tivesse, também, o seu título de eleitor que também fora cassado pelo sistema.

Aí é que está, ilustre Deputado Erondy Silvério, a revolta deste Parlamentar, revolta que Vossa Excelência confunde com burrice, confunde com bobagens. E quero lamentar ainda, ilustre Deputado e meu conterrâneo Deputado Erondy Silvério...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu estou com a palavra?

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me cassa o aparte, eu me calo!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, não, não estou cassando, apenas estou querendo fazer um apelo, para que Vossa Excelência corrija uma injustiça.

O Sr. Trajano Bastos — Então eu quero terminar, quero concluir dizendo a Vossa Excelência o seguinte: que, lamento profundamente a minha intenção ao criticar uma iniciativa de Vossa Excelência e eu não disse que Vossa Excelência teria alguma culpa, não tem, realmente não tem culpa, mas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, Vossa Excelência sabe quem tem? Mas Vossa Excelência não quer deixar eu explicar ... Sr. Presidente ...

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me cedeu o aparte, nobre Deputado. Permita-me concluí-lo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Após o Sr. Presidente acionar os tímpanos).

Apenas quero dizer a Vossa Excelência, que, quem tem culpa pela suntuosidade, isto que eu quis dizer, daquele monumento do Memorial JK, é um ilustre membro do Partido de Vossa Excelência, o arquiteto Niemeyer.

O Sr. Trajano Bastos — Um erro não justifica outro!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exato! Isto que eu quero explicar. O MDB que fez aquela suntuosidade lá!

O Sr. Trajano Bastos — Mas Vossa Excelência permite que eu

conclua o aparte que tão generosamente me concedeu?

Então o meu lamento ainda, para finalizar, para não dizer mais bobagens, ilustre Deputado, lamento que este reconhecimento tão alardeado, tão fantasioso, tão suntuoso e que teve, isto é verdade, não há como negar, a iniciativa nasceu de dentro do Palácio do Planalto e a Excelentíssima Senhora Sarah Kubitschek como tantos outros, serviram apenas para instrumentalizar esta idéia, lamentamos que isto tenha vindo tão tarde, porque, as qualidades de Juscelino Kubitschek de Oliveira que Vossa Excelência tão sabiamente expôs desta tribuna, concordo e ainda triplico, truco 6 em cima de tudo isto que Vossa Excelência disse, das qualidades de Juscelino Kubitschek, das suas qualidades pessoais!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito bem! Vossa Excelência é um homem bem informado.

O SR. Trajano Bastos — Agora, lamento profundamente que este reconhecimento tenha vindo tão tardiamente, porque Vossa Excelência, como homem do sistema, como homem pertencente ao Partido Social Democrático que dá sustentação a este Governo que se implantou no País há 17 anos, venha agora, somente agora, depois do tigre morto, dar a Juscelino o que ele já tinha, como por merecimento e que não é com este Memorial que este País vai saldar a dívida.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço que me devolva a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério e esclarece ao orador que resta um minuto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pois nesse minuto quero responder ao nobre Deputado, porque gosto de dar o troco na hora.

Se Vossa Excelência me deu a nota de 10, leva a de cinco de troco. Não tenha dúvida. Peço escusas a Vossa Excelência pelas expressões descorteses que usei com Vossa Excelência, mas Vossa Excelência não conhece a minha vida parlamentar. Vossa Excelência não esteve aqui há 13 de dezembro, no dia do AI-5 quando eu era o Presidente desta Casa.

Vossa Excelência não estava aqui quando se tentou tomar este Poder e que eu não permiti a entrada de ninguém enquanto fui Presidente. Manti a integridade deste Poder. Vossa Excelência ...

Sr. Presidente, põe ordem nessa bagunça ou não põe.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa pondera ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não venha me acusar de conivência com a violência. Vossa Excelência não venha me dizer que eu puxo rabo de tigre morto. Se Vossa Excelência está acostumado a puxar rabo de tigre fedendo, eu não estou. Não. Puxo rabo de tigre vivo, vivo, vivo, vivinho.

A minha atuação nesta Casa foi sempre de independência e se estou dando apoio e cobertura ao Governo, é porque trata-se de um Governador dos mais honestos que já pisou na História do Paraná, o Governador Ney Braga.

Sr. Presidente, estou com a palavra ou não estou. Sr. Presidente, o que é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) (Faz soar os tímpanos).

A Mesa solicita do Deputado Trajano Bastos que respeite o orador que está na tribuna e esclarece ao nobre Deputado

Erondy Silvério de que ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O que? Vai me chamar a atenção do que? Mas do que agora?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — De que o seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ah! Está esgotado? Então muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão o Projeto de Lei n.º 94/81.

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto ressalvadas as emendas.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino que requer preferência de votação à Emenda Substitutiva no artigo 2.º, do Projeto de Lei n.º 94/81.

Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, requer a prorrogação desta sessão por mais duas horas. Em votação. — Aprovado.

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, requer preferência de votação à emenda substitutiva do art. 2.º, do Projeto de Lei n.º 94/81. — Rejeitada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Peço a Vossa Excelência que determine a verificação de votação, porque este projeto de lei, ele tem prioridade e se desde logo ele é colocado à margem da votação, a matéria poderá criar tumulto no processo legislativo. Por essa razão encareço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido a questão de ordem.

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados o aprovam; 24 o rejeitam. — Rejeitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que faça constar em Ata que as Oposições aqui presentes votaram favoravelmente a esse requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Em votação a Emenda n.º 1, do Deputado Erondy Silvério. (lê): os servidores com os direitos funcionais assegurados pela Lei 5363, de 27 /7/65, perceberão os vencimentos relativos ao padrão I. Está em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para encaminhar a votação).

Não conheço a íntegra da emenda e preciso naturalmente ter um trato mais íntimo com o seu teor, para poder deliberar, inclusive para orientação da nossa bancada.

Por isso peço a palavra para encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE — Com apalavra o Sr. Deputado Fidele-
cino Tolentino, para encaminhar a votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação

Sr. Presidente, principalmente a nossa Bancada, o PMDB, tem predisposição de aceitar a todas as emendas que possam trazer benefício ao funcionário público, hoje aposentado.

Entretanto, diz aqui: (Lê a proposição).

Sr. Presidente, pediria ainda à assessoria da Mesa, que fizesse xerox de todas as emendas não apresentadas pelos Partidos de Oposição, para que nós pudéssemos ter possibilidade de examiná-las, extraprocessamento ou extra projeto. Porque aqui no bojo do projeto, no momento da discussão da matéria, fica difícil de deliberação.

Peço a Vossa Excelência, no encaminhamento da votação, que determine à assessoria.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o projeto e as emendas estão sobre a mesa, exatamente para que os nobres Deputados possam tomar conhecimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Perfeitamente, e exatamente por isso, para não manusear no momento de encaminhamento de votação, que determinasse à assessoria a reprodução xerográfica, não nesta oportunidade, evidentemente, mas para futuras discussões.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e para a próxima discussão fornecerá os xerox de todas as emendas.

Está em votação a Emenda n.º 1, de autoria do Deputado Erondy Silvério.

Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.
28 Srs. Deputados a aprovam ; 1 Sr. Deputado a rejeita.
Está aprovada a emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Parece-me que não há possibilidade de deliberação com 1/3, pelo Regimento. 21 Deputados.

O SR. PRESIDENTE — 28 Srs. Deputados a aprovam.

1 rejeita. Está aprovada a emenda. Com o Presidente, 30 Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência, apelo ao espírito democrático de Vossa Excelência, porque parece-me que não há 28.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que os 2 Secretários contaram.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a Emenda n.º 2 de autoria do Deputado Erondy Silvério. (Lê..) “A incorporação de etc. previstas na Lei 6794 de 8.6.76, estende-se

aos funcionários do Poder Executivo e Tribunal de Contas, que se enquadrem nas mesmas condições temporais aludidas no artigo 21, da Lei 7.424, de dezembro de 1978”.

Está em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

25 Srs. Deputados a aprovam;

2 Srs. Deputados a rejeitam.

Não há “quorum” para votação e sim, para prosseguimento da sessão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência, que o mesmo contingente de Deputados foram contados ...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que se trata de matéria vencida.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 91/81), que majora os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quero fazer um apelo a Vossa Excelência, para que fique constado em Ata, o nosso protesto - com todo o respeito - de que, ao contarmos o número de Deputados, na primeira emenda, não chegamos a mesma conclusão que a Mesa.

Respeitosamente, quero deixar constado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará registrar em Ata.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 62/81, (Mens. Govern. n.º 68/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II Feira Brasileira do Artesanato”, no período de 10 a 19 de julho de 1981.— Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 16/81, celebrado em 23 de junho de 1981, entre o Estado, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II FEIRA BRASILEIRA DO ARTESANATO”, no período de 10 a 19 de julho de 1981.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
FIDELCINO TOLENTINO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 62/81

Por meio da Mensagem n.º 68/81, de 31 de julho passado, o Poder Executivo submete a “referendum” desta Casa o Convênio n.º 16/81, celebrado em 23 de junho de 1981, entre o Estado, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério do Trabalho, objetivando promover o artesanato, mediante a realização da “II FEIRA BRASILEIRA DO ARTESANATO”, nos dias 10 e 19 de julho do corrente ano, nesta Capital.

A iniciativa encontra amparo no disposto pelo Art. 47, IX, da Constituição do Estado e suas cláusulas resguardam o interesse do Estado.

Portanto, deve o convênio ser ratificado, pelo que o parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
FIDELCINO TOLENTINO – Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 45/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 66/81, (Mens. Govern. n.º 73/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Clevelândia e Colorado, no valor estimado de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros), objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos referidos municípios.
– Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º – Ficam aprovados os Convênios celebrados em 07 de janeiro de 1981, entre o Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Clevelândia e Colorado, no valor estimado de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros), objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos referidos municípios.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
FIDELCINO TOLENTINO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 66/81

Através da Mensagem n.º 73/81, datada de 10 do corrente, o Poder Executivo encaminha, para fins de “referendum”, a esta Casa, cópias autênticas de Convênios celebrados entre a Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Clevelândia e Colorado.

Tais convênios objetivam a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos mencionados municípios, com o valor estimado de Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros), previsto no orçamento da referida pasta.

As cláusulas dos Atos em exame resguardam os interesses do Estado e a forma, bem como o conteúdo, têm assento na Lei. A matéria está, pois, de conformidade com o disposto no Art. 47, IX, da Constituição Estadual.

O Parecer é favorável, com o projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO - Presidente
FIDELCINO TOLENTINO - Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 46/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 67/81, (Mens. Govern. n.º 74/81), que aprova o Convênio celebrado em 20/07/81, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Cornélio Procópio e Pérola, objetivando obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. – Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 20/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Cornélio Procópio e Pérola, objetivando obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
FIDELCINO TOLENTINO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 67/81

A presente Proposição n.º 67/81, oriunda da Mensagem Governamental n.º 74/81, tem por finalidade a apreciação, por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Cornélio Procópio e Pérola, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, “ad-referendum” deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício dos aludidos.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente
FIDELCINO TOLENTINO – Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Kioshi Suzuki, ocorrido em 29 de setembro do corrente ano, na cidade de Quinta do Sol. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Chemin, ocorrido no último dia 25, nesta Capital. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Apolinário Gorski, ocorrido no dia 29 de setembro, nesta Capital. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Augusto Donin, ocorrido em Toledo. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Chemin, ex-Prefeito de Paranaity. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do ROSH AHNAH - ANO NOVO JUDAICO — 5742 — À COMUNIDADE JUDAICA DO PARANÁ. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional de Habitação, encarecendo estudos para a concessão de Anistia aos débitos oriundos da aquisição da casa própria, aos mutuários que perceberem até 5 (cinco) salários-mínimos regionais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Ministro do Planejamento, das Minas e Energia e ao Presidente do Conselho Nacional de Energia, sugerindo autorização e abertura de uma linha de crédito para a instalação de mini-destilarias de álcool, por órgãos municipais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo informações sobre a mobilização de centenas de policiais militares de prontidão, isolando todo o Centro Cívico e impedindo a aproximação dos professores grevistas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lineu Tura, constante do expediente, solicitando sejam feitas gestões junto aos Senhores Governador do Estado e ao Comandante da 5.ª Região Militar, no sentido de serem evitados os bloqueios que vêm sendo feitos ao acesso normal à área do Poder Legislativo em dias normais de seu funcionamento, fato que vem criando constrangimento por violar a sua independência na composição dos Poderes do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem do Dia da Secretária, em data de hoje. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrin, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a implantação do Ensino de 2.º grau a partir de 1982, nos Distritos de Piquirivaí e Farol, no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a emenda substitutiva ao Art. 2.º, do Projeto de Lei n.º 94/81, visando adequar as situações dos servidores inativos. — **Rejeitada.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrin, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo medidas para resolver o problema do trevo de ligação da BR-369 com a BR-487, na cidade de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes, Governador do Estado, Secretário dos Transportes, Governador do Mato Grosso do Sul e as diversas autoridades, no sentido de que se mantenha o traçado da Ferrovia da Soja na rota Guarapua-Cascavel-Guaíra, que se entregue à ELETROSUL as verbas necessárias para o início das obras da Usina Ilha Grande; que se defina quanto à ITAIPU BINACIONAL, do que será feito em compensação pela perda das Sete Quedas, e dotar Guaíra com um moderno porto fluvial que valorize e aproveite a hidrovia Rio Paraná-Tietê, com a interseção no Porto de Guaíra da

Ferrovia da Soja, e ainda, que se construa um terminal rodoferro-hidroviário em Guaíra. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado Regional do Trabalho, encarecendo sejam averiguadas as irregularidades que estão ocorrendo na firma SEG - Serviço Especial de Segurança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de protesto, a invasão de tropas policiais na área da sede deste Poder. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de louvor à diretoria e redação do jornal "Indústria e Comércio", que a partir da edição de hoje passa a dar completa cobertura dos trabalhos deste Poder. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Senhor Secretário de Educação, a implantação de Centros Estaduais de Ensino Supletivo, na cidade de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando aos Senhores Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, seja acrescentado no anexo I, da Lei n.º 7424, de 17/12/80, o Cargo de Assistente de Engenharia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade União dos Chauffeurs, pela passagem de seus 64 anos, em 29/09/81. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo informações sobre o montante arrecadado mensalmente dos professores e repassado às Associações dos Professores do Paraná, bem como se esses descontos são automáticos ou dependem de expressa autorização dos professores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado do Paraná e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que seja elevado a condição de Comarca, o Município de Rondon. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, reivindicando a instalação de uma Central Telefônica com 25 terminais na localidade Dom Armando, Distrito do futuro Município de Missal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Jornal "Indústria e Comércio", publicado em nossa Capital, que passa agora a dar cobertura diária dos acontecimentos registrados nesta Casa de Leis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Secretário da Administração, contendo pedido de informações, com respeito à licitação realizada no dia 16

de setembro deste ano, envolvendo empresas de vigilâncias. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à TELEPAR, encarecendo informações sobre as razões da não instalação de telefones individuais no Distrito de Novo Sobradinho, Município de Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Poder Executivo, em forma de pedido de informações, referente à capacidade de geração e energia das Usinas Hidrelétricas de Foz do Areia e Salto Santiago. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Coordenador Regional do INPS no Paraná, encarecendo que o mesmo forneça a relação das pensões por morte, concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Senhor Presidente da PORTOBRÁS, providências no sentido de que seja valorizada e aproveitada a hidrovía Rio Paraná-Tietê, com a interseção no Porto de Guaíra com a Ferrovia da Soja e que seja construído o terminal intermodal rodoferrohidroviário, conforme reivindicações na Carta de Guaíra. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja formalizado um apelo ao Senhor Ministro do Planejamento, no sentido que sejam liberadas as verbas destinadas à ELETROSUL para o início das obras da usina de Ilha Grande, do Município de Guaíra. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Presidente da República e ao Senhor Mi-

nistro dos Transportes, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações legítimas da "Carta de Guaíra", no tocante à construção da Ferrovia da Soja. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviada ao Senhor Governador do Estado do Paraná, uma cópia da "Carta de Guaíra", solicitando as valiosas intercessões junto aos órgãos ministeriais, para que as reivindicações nela contidas, possam ser atendidas. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior e ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de Canal Remoto em Dom Armando, Distrito de Medianeira. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Senhores Secretário de Estado do Planejamento e ao Secretário de Estado da Educação, encarecendo que seja destinado à Faculdade de Ciências Humanas de Toledo, 0,5% do ICM arrecadado no município, no exercício de 1982, e que o valor seja incluído no Orçamento Geral do Estado. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 05, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 72/81 e 84/81.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 94/81 e 105/81.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44/81, 45/81 e 46/81.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 1981
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Túlio Zanchet e Ezequias Losso.

Às 19:15 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Antônio Cotrin, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manuel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

13 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9ª LEGISLATURA
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e oitenta e um, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, reuniu-se a Comissão de Agricultura na Sala de Reuniões. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. A reunião teve como objetivo a situação em que se encontra a cultura de Feijão das Secas em nosso Estado. O Senhor Presidente debateu com muita propriedade a situação em que se encontra o agricultor sobre a crise do feijão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT — Presidente.

Marlene Couto de Cristo - Secretária